

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ALINE RIBEIRO CECONI

Serviço Social e Educação:  
A inserção do Serviço Social nas creches do município de Santo André  
(1997-2014)

Santos  
2015

ALINE RIBEIRO CECONI  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Serviço Social e Educação:  
A inserção do Serviço Social nas creches do município de Santo André  
(1997 – 2014)

Trabalho apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Profº. Dr. Marcos Ferreira de Paula.

C388s	<p>Ceconi, Aline Ribeiro, 1983-</p> <p>Serviço social e educação: a inserção do serviço social nas creches do município de Santo André (1997-2014). / Aline Ribeiro Ceconi ; Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula. – Santos, 2015.</p> <p>75f. ; 30 cm.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista, Curso de Serviço Social, 2015.</p> <p>1. Educação Infantil. 2. Serviço Social. 3. Projeto. I. Paula, Marcos Ferreira de, Orientador. II. Título.</p> <p>CDD 361.3</p>
-------	--

ALINE RIBEIRO CECONI

Serviço Social e Educação:

A inserção do Serviço Social nas creches do município de Santo André  
(1997 – 2014)

Trabalho apresentado ao curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada  
Santista, como requisito parcial para obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Profº. Dr.  
Marcos Ferreira de Paula.

Aprovação em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Examinadores:

---

Profº. Dr. Marcos Ferreira de Paula  
Universidade Federal de São Paulo

---

Assistente Social Greyce Kelle de Oliveira Nunes  
CRESS: 41.295

## AGRADECIMENTOS

Foi uma grande jornada, um imenso desafio e no fim um sonho realizado. E agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desse processo, sem elas não seria possível ter seguido em frente.

Agradeço primeiramente à minha mãe e irmãos que mesmo sem saberem como demonstrar torceram por mim e nunca duvidaram que eu chegasse até aqui.

Aos amigos da creche Dom Décio Pereira, onde fui trabalhar no mesmo ano que entrei na universidade e que sem eles não teria sido possível realizar esse sonho.

À Diretora Lucilene que com seu enorme coração me recebeu e sem me conhecer creditou em mim uma enorme confiança. Com seu entendimento e tolerância viabilizou a difícil conciliação entre trabalho e o estudo.

À Valéria que me recebeu na creche com um grande abraço, e como esse foi reconfortante e naquele momento percebi que teria alguém que me ajudaria no que fosse preciso para eu não desistir.

À Sônia Estevam, que sempre foi compreensiva e também me ajudou muito, principalmente naquele início difícil.

E é claro a todas as amigas que até hoje me acompanham, sem a compreensão e o apoio de vocês tudo teria sido mais complicado. Por isso meu muito obrigada à Carol, Bel, Aline, Elis, Luciane e Maria.

E sem as risadas e os momentos de distração com Manu, Naiara, Sônia Ito e Patrícia todos os bons momentos não teriam sido hilários e todos os momentos chatos não seriam transformados em risos.

Aos colegas de classe que fizeram parte desse período de minha vida.

Em especial aos amigos que fiz. Poucos, mas que sei que serão para sempre.

À Tati, que foi a primeira amiga que conheci, nos descobrimos e percebemos na primeira conversa o quão seria importante nos apoiarmos.

À Josi, mesmo a seu modo “super sincero” demonstrou ter um grande coração. E a sua mãe D. Maria que me recebeu em sua casa durante dois anos, sempre com carinho e café.

Ao Ricardo, que sempre foi solícito e companheiro.

À Talita, foram quase dois anos de estágio, não foi fácil trabalhar, estudar e estagiar aos sábados, mas nos apoiando chegamos até o fim.

Às minhas companheiras nas viagens até Santos, a serra do mar agora sempre terá um significado especial. Obrigada pela paciência e companhia, Débora, Karina e Nathália.

Aos docentes da Unifesp que contribuíram para minha formação.

Ao professor Marcos, meu orientador nesse processo de construção deste trabalho.

À minha supervisora de estágio Lívia, que sempre foi compreensiva e amigável durante o período de estágio, sem você também não teria sido possível chegar até aqui.

Ao Arthur, que me deu força e apoio na decisão de ir estudar em Santos, e que sempre acreditou em minha capacidade.

Agradeço a todos os outros amigos que fizeram e fazem parte da minha vida e que acreditaram que eu conseguiria chegar até o fim desse ciclo. Aos que também não acreditaram, pois sei que a viagem de todos os dias entre Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, Santos e São Vicente aos sábados na teoria talvez seja inviável, mas enfim cheguei até aqui, apesar de pensar em desistir em quase todos os dias desses quatro anos e meio.

Esse caminho não foi fácil, trabalhar e estudar não é tarefa simples, mas quando acreditamos e encontramos pessoas que também acreditam e nos apoiam, conseguimos seguir até o fim de um ciclo.

Obrigada!

## **RESUMO**

A presente pesquisa versa sobre dilemas, avanços e possibilidades da introdução do profissional de serviço social no setor da educação infantil, singularmente no espaço sócio ocupacional de um dos aparatos que a integram, as creches. Assim, foi realizada pesquisa bibliográfica e análise histórica visando uma reflexão que contribua para entender o papel do Assistente Social no setor da Educação Infantil, com a finalidade de qualificar esse espaço na perspectiva da defesa de direitos das crianças de 0 a 6 anos. O estudo divide-se em três momentos. Na primeira parte é feito um resgate sócio histórico da formação do setor de educação infantil no Brasil, em paralelo à política educacional e as leis que vigoram atualmente no país. No segundo momento, são feitas algumas considerações sobre as problematizações da inserção desses profissionais na prática. Por fim, são analisados os desdobramentos sobre a pesquisa que foi realizada acerca do projeto que inseriu por quase dezessete anos assistentes sociais nas creches do Município de Santo André.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Serviço Social, Projeto.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>Capítulo 1. CRECHE: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 O surgimento das creches no Brasil .....	10
1.2 A inserção da mulher no mercado de trabalho e os movimentos de mulheres .....	16
1.3 A educação pós Constituição Federal de 1988 .....	21
<b>Capítulo 2. INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>Capítulo 3. ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ .....</b>	<b>40</b>
3.1 Breve história da cidade de Santo André .....	40
3.2 FEASA.....	41
3.3 Entrevistas .....	42
3.4 Projeto: a terceirização sem fins lucrativos.....	43
3.5 Idealizadores.....	45
3.6 Essência e estrutura do projeto .....	47
3.7 A contratação dos profissionais e o início do trabalho.....	50
3.7.1 <i>O trabalho nas creches: definição dos critérios de acesso à vaga e                 demandas oriundas desses espaços .....</i>	<i>53</i>
3.8 Desafios da prática profissional nas creches .....	57
3.9 Encerramento da parceria .....	58
3.10 Análise do projeto em Santo André .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE I .....</b>	<b>73</b>



## INTRODUÇÃO

Esse trabalho de pesquisa visa elucidar as questões que giram em torno da relação entre assistência social e educação infantil, com foco na creche.

A atuação do Serviço Social nas escolas de Educação Infantil, em particular nas creches, é um assunto ainda a ser discutido e estudado, pois muitas mudanças ocorreram nestes espaços, as creches deixaram de ser matéria somente da Assistência Social para também se incluir na política educacional. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei 9.934 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) exerceram papel fundamental para trazer a educação infantil, incluindo as creches para o âmbito da política de educação.

Dessa forma traz um grande desafio para os profissionais do Serviço Social, que agora devem articular ambas as Políticas (Assistência e Educação) para realizar um trabalho de qualidade junto às crianças e famílias atendidas nestes espaços educacionais.

É importante primeiramente analisar o surgimento das creches dentro de uma perspectiva histórica e social, para assim compreender o processo de reestruturação que as creches passaram no decorrer dos anos, deixando de ser meramente um ambiente assistencialista para alcançar a dimensão educacional.

As creches assumiram em sua construção ideológica histórica um papel essencialmente de substituição, ou seja, uma instituição que só poderia ser acessada por um público específico, as mães que trabalham e necessitam deixar seus filhos em cuidados adequados. Portanto, a creche nasce numa perspectiva de consolidação de um direito trabalhista, um direito do adulto, sendo a criança tratada como um aspecto impeditivo ao exercício do trabalho ao adulto.

Nos primórdios de seu surgimento, o processo de implantação das creches no Brasil ainda não considerava que são nos primeiros anos de vida da criança que se desenvolvem os aspectos sociais, cognitivos e motores, o que configura a necessidade de um apoio profissional para guiar a criança e possibilitar que ela exerça o seu direito de acesso pleno a educação, lazer e cultura. Por isso, as creches surgiram como lugar que substituíam o cuidado maternal e, assim, ficaram a cargo das secretarias de Assistência Social.

Muitos avanços foram feitos no sentido de se universalizar a educação, tornando-a obrigatória a todos e não somente ao público que necessita trabalhar. Isso mostra que pressionados pela opinião pública, o legislativo compreendeu que era necessário dar atenção às questões educacionais e de bem-estar infantil e de que era preciso ser considerado em primeiro plano e não somente como um benefício ou coadjuvante da situação do adulto enquanto trabalhador.

Porém, mesmo tendo sido reconhecido como um Direito Social através da Constituição Federal de 1988, muitos entraves se colocam na efetivação das leis que visam garantir o direito da criança tais como questões orçamentárias e desinteresse do poder público.

Através de pesquisas realizadas com Assistentes Sociais que trabalham no Município de Santo André, pretende-se responder a questão de qual é a importância do serviço social nas creches, entendendo como funciona um projeto em longo prazo e quais as diretrizes que guiaram a implantação do projeto, um panorama completo do contexto que permeou a implantação de um projeto social consciente e profissional.

A abordagem metodológica seguida neste trabalho é de pesquisa de campo, que é uma observação dos fatos baseados em dados pertinentes e concretos tal qual ocorrem. A primeira parte do trabalho realizou um levantamento bibliográfico a fim de proporcionar uma melhor articulação entre os dados levantados e o embasamento teórico sobre o tema. A pesquisa tem o caráter exploratório que visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema de pesquisa.

O tipo da pesquisa é qualitativo, pois visa descrever e interpretar fenômenos e atribuir significados aos dados levantados.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais que estiveram inseridos nas creches. Este tipo de entrevista foi utilizado para se obter uma abordagem qualitativa sobre o assunto, foi definido um roteiro para nortear as entrevistas, então dessa forma o entrevistador pode se organizar e interagir de maneira coerente com o entrevistado e este por sua vez teve a liberdade de se expressar livremente, abordando dessa forma outros assuntos que foram úteis para análise das entrevistas.

Abordar este tema é imprescindível para desconstruir a ideia do caráter assistencialista do atendimento nos espaços sócio ocupacionais das creches e mostrar o quanto as mudanças na política educacional contribuem para um

desenvolvimento articulado entre o cuidar e o educar, no qual os profissionais do Serviço Social se inserem nestes espaços para consolidar os direitos destes usuários, sejam eles as crianças compreendidas na faixa etária da creche, seus familiares e demais profissionais do espaço ocupado pelo Assistente Social.

## Capítulo 1.

### CRECHE: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

Inicialmente serão levantados dados sobre a história das creches no país, os motivos sociais e econômicos que permearam seu início bem como os movimentos sociais e principalmente o de mulheres que lutaram para a expansão da rede de creches. É trazido um panorama do trabalho dos/das assistentes sociais nas creches a partir da década de 1930 e de como esse trabalho era desenvolvido. E também os avanços das legislações a respeito da temática após a promulgação da Constituição Federal de 1988, pela qual a creche passou da responsabilidade da política de Assistência Social para a política da Educação.

#### *1.1 O surgimento das creches no Brasil*

No Brasil, para a criança alcançar o patamar de cidadã e sujeito de direitos garantidos foram inúmeras as leis criadas até que elas adquirissem os direitos hoje previstos na CF/1988 e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

No século XVIII as crianças que não eram desejadas eram recolhidas pela chamada “Roda dos Expostos” ou em casas de famílias consideradas “honradas” e que respeitassem os “bons costumes” (SANTOS et al, 2009, p. 56); esta foi uma das primeiras ações assistencialistas voltadas ao atendimento de crianças que se iniciou no Rio de Janeiro e foi dissipado por outras cidades do país.

No município de São Paulo existia o trabalho do bispo d. Mateus de Abreu Pereira que recebia crianças abandonadas em sua residência. Estas crianças eram entregues às “famílias pobres de lavradores” para ficarem sob sua guarda (BRUNO, 1984 apud OLIVEIRA; FERREIRA, 1989, p. 36). Porém a “roda dos enjeitados”, fundada em 1824 na Santa Casa de Misericórdia foi outro recurso pensado para atender essas crianças rejeitadas e foi instituído a fim de melhorar esses atendimentos, que eram considerados como trabalhos de assistência social (OLIVEIRA; FERREIRA, 1989). Esse tipo de acolhida possuía como finalidade:

O atendimento a crianças em creches, asilos, e orfanatos era exclusivamente filantrópico e destinava-se basicamente a filhos de mães solteiras que não tinham condições de ficar com eles. Eram os

abandonados os que precisavam de atendimento fora da família. (OLIVEIRA; FERREIRA, 1989, p. 36).

Esse tipo atendimento se manteve em vigor até o final do século XIX, embora em São Paulo a Roda dos Expostos da Santa Casa se manteve ativa até a década de 1950. Esta prática de acolhimento foi regulamentada pelo Estado Brasileiro em 1775, pelo então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo.

No entanto, tais práticas já na época sofriam oposição. Um movimento chamado “os salvadores de crianças” criticava esses atendimentos, pois afirmava que eles não possuíam um caráter benevolente e sim escondiam outros intuitos por trás de suas ações:

Tais como: a) desembocadouro para crias indesejadas pelos senhores patriarcais; b) importante suporte no comércio de leite das escravas; c) fonte para adoções ilegais e, principalmente, d) mecanismo para ocultar o infanticídio e a mortalidade de crianças e adolescentes. (SANTOS et al, 2009, p. 56).

Com o advento da industrialização no início do século XIX, a crescente urbanização das cidades e o aumento da demanda por mão de obra fez que com que cada vez mais mulheres saíssem à procura de postos de trabalho, dessa forma tendo de deixar seus filhos sob o cuidado de terceiros no período em que estivessem fora. (ARAÚJO, 2012, p. 2-3).

A creche aqui já surge como um espaço para abrigar os filhos de mães trabalhadoras, e com isso em sua gênese já carrega o estigma de uma instituição criada para abrigar filhos de famílias em situação de vulnerabilidade e, além disso, traz também em sua criação um motivo muito mais útil às classes burguesas, como bem descreve Araújo:

Por trás da criação das creches e salas de asilo, havia tanto a preocupação econômica, no caso de liberar a mão-de-obra feminina, quanto objetivos políticos, pois já eram instituições pensadas para “orientar” as crianças das classes populares para que através delas as ideologias dominantes sobre moral, higiene e religião chegassem aos trabalhadores adultos. Esta ideologia ganhava terreno nos discursos produzidos à época que orientavam práticas de controle social sobre as mulheres trabalhadoras e sua prole. (ARAÚJO, 2012, p. 3).

Sendo assim, a creche nasce para suprir as necessidades de mães que necessitavam trabalhar, porém essas mulheres, além de serem cooptadas pelas indústrias ou para “trabalhos domésticos (empregadas, cozinheiras, lavadeiras)” (ARAÚJO, 2012, p. 3), eram alvos das classes burguesas, estas já pensando em uma maneira de manter a classe trabalhadora sob seu domínio tanto ideológico, quanto como mão de obra, e dessa forma respondendo às demandas do mercado capitalista em detrimento a uma política voltada a atender as necessidades das crianças.

Essas instituições foram sendo criadas de maneira aleatória, sempre respondendo a questões que emergiam de determinadas necessidades da época, por isso inicialmente as creches surgem num âmbito assistencial, como descreve Franco:

Não podemos dizer que a educação pré-escolar no Brasil decorre de uma sucessão de fatos ocorridos sequencialmente, e sim, de acontecimentos específicos que interagem com o tempo por influências e temas que implementaram e fortaleceram a proposta educacional assistencialista (FRANCO, 2009, p. 14).

A essência da creche foi construída com um caráter assistencialista, como uma forma de auxiliar as mães e muitas vezes assumindo para si responsabilidades parentais. Esse amparo se volta para o público mais vulnerável socialmente e que precisava dispensar mais tempo nas atividades laborais, além de não possuírem condições de oferecer cuidados básicos para o pleno desenvolvimento da criança. Para justificar a emergência das creches “pregava-se que ela contribuía para conciliar a contradição entre o papel materno e a necessidade da mulher trabalhadora e pobre” (FRANCO, 2009, p 15).

Até a década de 1920, a creche era voltada ao atendimento da criança pobre, filhos de mulheres solteiras que não possuíam condições de criá-los e dentro desse contexto social a creche emerge como um meio de suprir as necessidades básicas dessas crianças, principalmente em relação à saúde e higiene, já que era considerado que essas famílias/mães não tinham condições de manter esses cuidados a seus filhos.

A influência médico-higienista nas questões educacionais iniciou-se na década de 1870. A medicina exerceu, a partir desse momento, um

papel predominante nas discussões sobre a criança por investir no combate à mortalidade infantil, principalmente através das consultas de lactantes e de organizações que distribuíam produtos às mães diariamente. (FRANCO, 2009, p. 15).

Então, nesse período os médicos possuíam o controle sobre essas instituições, oferecendo atendimentos por meio de entidades assistenciais criadas por eles, eram filantropos que mediante esse trabalho consideravam uma grande benesse o que desenvolviam dentro dessas creches:

eram eles os higienistas que discutiam os projetos para a construção de escolas, as supervisões médico-escolares e ditavam as inovações para o ensino, principalmente para a educação infantil (FRANCO, 2009, p. 15).

Logo, a puericultura<sup>1</sup> foi utilizada para difundir os parâmetros que deveriam ser usados no trato das crianças das creches. A filantropia e o assistencialismo permearam o surgimento dessa instituição, caracterizando a dessa forma por décadas e assim estigmatizando seus usuários.

Ainda no fim do século XIX, o país começou a absorver trabalhadores europeus que migravam para cá. O município de São Paulo foi quem mais recebeu esses trabalhadores, pois os imigrantes que vinham de países mais industrializados optavam pela cidade, que já possuía inúmeras indústrias em atividade (OLIVEIRA e FERREIRA, 1989). Logo, há uma mudança de postura por parte dos patrões frente aos cuidados dos filhos desses operários, pois estes com a experiência dos movimentos sociais da Europa possuíam mais consciência política e assim começaram a exigir mais qualidade de vida para si e também para seus filhos; e a creche estava dentre essas exigências (OLIVEIRA e FERREIRA, 1989).

O período de 1900 a 1930 é marcado por forte movimento operário requerendo melhores condições de vida e trabalho. Alguns empresários relutavam em conceder benefícios aos seus funcionários, em contrapartida outros patrões cediam aos pedidos dos trabalhadores como uma maneira de enfraquecer a luta operária e então buscaram alternativas para conceder melhores condições, oferecendo, portanto creches e escolas maternas para os filhos desses operários.

---

<sup>1</sup> “Puericultura, termo usado em 1865 por Caron, um médico francês, que a define como ‘a ciência de elevar higienicamente e filosoficamente a criança’, com o propósito de normatizar todos os aspectos que dizem respeito à forma de cuidar das crianças, tendo por objetivo assegurar a ela uma saúde perfeita” (Schoeps, 2004, p. 28).

Alguns empresários, inclusive, percebiam que o fato de o filho da operária estar sendo atendido em creches ou escolas maternas montadas pela fábrica trazia vantagens para a produção, como discute a circular do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de 7-5-1924 (PINHEIRO; HALL apud OLIVEIRA; FERREIRA, 1986 p. 38).

Segundo Oliveira e Ferreira (1989), esse modelo de creche era em pequeno número no território brasileiro, não trazendo, portanto, uma mudança significativa naquele momento.

Neste período as políticas voltadas para atender a classe trabalhadora começam a se destacar, e os interesses de classes passam a ser intermediados mais de perto pelo Estado. Em 1925 no estado de São Paulo um decreto foi instituído para regulamentar as escolas maternas, e a partir disso o estado passou a ter mais obrigações com os atendimentos nessas escolas (OLIVEIRA; FERREIRA, 1989 p. 38). Segundo as mesmas autoras, ainda no fim do século XIX eram os filhos da elite paulista quem frequentavam as primeiras pré-escolas estaduais e somente alguns anos depois as crianças das camadas mais pobres começaram a frequentar as pré-escolas.

Ainda na década de 1930, na esfera federal, Getúlio Vargas, então presidente do país, institui um vasto conjunto de leis trabalhistas, regulamentando dessa forma a mão-de-obra dos trabalhadores, dentro do qual, o trabalho feminino estava inserido, instituindo entre elas a licença maternidade e acesso à creche aos filhos dessas trabalhadoras (OLIVEIRA, 2012, p. 4).

Também na década de 1930 surgem as primeiras escolas de Serviço Social, estas emergem com a demanda de uma sociedade que se industrializava e na qual, segundo Yazbek, o Estado cada vez mais intervinha no desenvolvimento dos processos reguladores da vida social (2009). A questão social<sup>2</sup> se torna motivo de preocupação desse Estado que cada vez mais se responsabilizava com as questões econômicas e sociais que afloravam em meio à industrialização e a camada de trabalhadores mais empobrecidos também é matéria de interesse desse Estado.

A Igreja Católica teve participação fundamental na criação do perfil dos primeiros profissionais do Serviço Social e usou sua influência para fortalecer os

---

<sup>2</sup> “Questão social é aqui entendida como o conjunto de manifestações da desigualdade social constitutiva da sociedade capitalista.” (Yazbek, 2009, p. 14).



vínculos com a sociedade da época que necessitava de apoio para a produção social de suas vidas. Porém com essa influência da Igreja na emergência da profissão, as primeiras escolas de Serviço Social possuíam uma natureza que determinava que questão social aparecesse como um problema moral, ou seja, os sujeitos eram responsabilizados pelos problemas que enfrentavam. Ainda segundo Yazbek, neste período o Serviço Social tratava os sujeitos utilizando, “um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão, que tinha como referenciais o pensamento social da Igreja, de cunho humanista conservador e contrário aos ideários liberais e marxistas” (2009, p.15).

Partindo dessa linha de pensamento e metodologia de trabalho que as primeiras assistentes sociais começaram atuar em creches nessa época, com uma visão conservadora, moralizadora e culpabilizando as famílias operárias e principalmente as mulheres por não dispensarem do seu tempo integral no cuidado aos filhos. Fato que traz consequências na forma de pensar em relação à creche até os dias atuais no momento em que a mãe insere seu filho na instituição.

A mulher era culpabilizada por não se dedicar exclusivamente aos cuidados com o lar e os filhos, apontava-se o perigo que as transformações daquele momento representavam para a família no cumprimento de suas obrigações, obrigações dadas por Deus e das quais não se podia fugir (ARAÚJO, 2012, p. 9).

Partindo desse pressuposto, o Serviço Social surge através da iniciativa de alguns grupos das classes dominantes através da doutrina da Igreja e é voltado para ações pelas quais se busca moralizar a família operária, principalmente as mulheres e as crianças. Logo, o trabalho em creches dessas profissionais era entendido como uma ação que colaborava com o trabalho educativo dos professores. E devido à influência moralizadora da Igreja, as ações não eram pensadas de maneira que respondessem efetivamente às demandas desses espaços, ou seja, não eram refletidas sobre os desdobramentos da reprodução das relações sociais, tão pouco a questão social que emergia a época era discutida e sim buscavam na caridade e solidariedade meios para suprir as necessidades das crianças e sempre partiam do pressuposto de que a família/mãe era a culpada de seus filhos estarem em uma instituição que cuidassem delas em seu lugar.

Em 1942 foi criada a LBA – Legião Brasileira de Assistência –, que surge como uma instituição voltada para ampliação dos serviços de assistência social.

Desde sua criação, conseguiu alcançar todo território nacional e segundo Campos, Rosenberg e Ferreira (1993) pode ser considerada a primeira instituição de assistência social que abrangeu todo o país. O vínculo administrativo e o orçamento da LBA sofreram inúmeras mudanças no decorrer dos anos, contudo a instituição conseguiu ampliar o número de funcionários e expandir seus trabalhos pelo país; em 1987 somente “seu programa de creches atingia 3.107 municípios brasileiros” (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1993, p. 31).

Em 1977, a LBA passa a atuar de maneira mais efetiva na área das creches e então é criado o Projeto Casulo, que inicialmente surge na condição de projeto experimental, porém em 1981 se expande por todo território nacional e dessa forma se torna o principal programa da LBA. Este projeto tinha o intuito de baixar os custos ao atendimento às crianças pobres e o seu trabalho se desenvolvia através do voluntariado.

Era um plano de atendimento de massas que pregava a prevenção dos problemas sociais mediante o amparo das mães e das crianças, não com programas educacionais, mas com ações destinadas a resolver problemas específicos como “tomar conta” ou “dar merenda”, ou, ainda, campanhas voltadas para a doação de agasalhos”. (LOPES; MENDES; FARIA 2005).

Tendo em vista esse cenário é impossível não analisar a Educação Infantil sem analisar a faceta histórica da vertente assistencialista das creches, pois seu objetivo a priori da criação desse tipo de instituição foi calcado claramente em necessidades sociais advindas da industrialização tardia e acelerada do país, se abster de analisar esse tema é negligenciar todo um recorte cultural e social que está em constante transformação.

## *1.2 A inserção da mulher no mercado de trabalho e os movimentos de mulheres*

Com as mudanças do papel da mulher na sociedade, cresce os anseios de serem agentes ativas e não apenas mera expectadora do mercado de trabalho, não somente por necessidade, pois muitas mulheres se tornaram chefes de famílias, mas também por vontade e livre iniciativa. Então o cuidado dos filhos entra como questão preocupante e principal motivadora para que as instituições consigam dar suporte para que as mulheres alcancem a independência através do trabalho. Entram nesse cenário as creches como entidades auxiliadoras no processo de

inserção da mulher no mundo do trabalho. Contudo, as creches públicas emergem na sociedade para responder inicialmente às necessidades dessas mulheres e não como uma instituição que atenda as demandas e necessidades educacionais das crianças.

Também dentro desse contexto da criação das creches e que até pouco tempo ainda era dado como proposta, o fato de que as creches eram meras substitutas das mães, dessa forma pouco foi investido nessas instituições, tanto em infraestrutura, quanto no trabalho humano, o que acarretou atrasos no desenvolvimento e ampliação das mesmas.

Por outro lado, por ser tida como instituição de emergência e substituta, respondendo apenas a uma necessidade circunstancial, a posição que as creches tem ocupado nos planos governamentais - a verba que tem sido alocada, a previsão de expansão de suas vagas, a criação de serviços que lhe sejam indispensáveis (por exemplo, cursos de formação para seus profissionais) - não corresponde a uma avaliação intrínseca de quais sejam as necessidades da criança socializada nessa instituição (ROSEMBERG, 1989, p. 91).

Na década de 1920, empresas privadas paulistas criam as primeiras creches dentro de suas fábricas<sup>3</sup> que servirão mais tarde para a elaboração e inclusão de uma regulamentação sobre a instituição creche na legislação trabalhista de 1943.

É no texto da Consolidação das Leis do Trabalho que a creche se torna obrigatória. As empresas privadas que empregassem mulheres deveriam oferecer creches para suas funcionárias e os filhos delas poderiam ficar nessas creches até os seis meses de idade. Aqui também se percebe que essas creches não possuíam um caráter educativo, mas sim resguardava o direito de a mulher poder amamentar seu filho. (ROSEMBERG, 1989).

A creche assumiu nesse contexto um papel substitutivo para um tipo específico de mães, aquelas que necessitavam ou tinham pretensão de adentrar no mercado de trabalho, portanto as creches assumem um caráter assistencialista.

Quando se utiliza a expressão “caráter assistencialista” para abordar a situação das creches é necessário esclarecer o sentido empregado nessa designação. Nesse aspecto na medida em que as creches tivessem a obrigação de somente cuidar das crianças, desenvolvendo o papel que inicialmente é da família

---

<sup>3</sup> Em Santo André a primeira empresa privada que criou uma creche para atender os filhos de seus funcionários foi a indústria química Cia. Brasileira de Cartuchos no ano de 1954. (Teles, Medrado e Gragnani, 1989, p. 110).

obtéem-se uma instituição assistencialista, ou seja, a creche até então não era vista perante a sociedade como uma entidade necessária à educação, mas sim uma entidade que substitui a mãe, que por algum motivo não pode ficar com a criança, o educar seria uma etapa pós-creche.

Estudos históricos recentes, efetuados em diversos países, vêm detectando estes ciclos e apontando que os determinantes de uma expansão das redes públicas de creches se originam de motivações exteriores às necessidades da criança na faixa de zero a seis anos de idade. Entre essas motivações destacam-se as políticas visando o incentivo ou cerceamento do trabalho materno (ROSEMBERG, 1989, p. 90).

A partir da década de 1970 inúmeros países iniciam um novo processo para repensar o significado das creches, diversos movimentos sociais participam dessas mudanças, dentre eles os movimentos feministas. No Brasil não foi diferente, também em meados desta década alguns movimentos de mulheres se articulam para reivindicar a expansão das creches no território nacional.

Na década de 1970 o regime militar era o sistema vigente no Brasil. Foi instituído em 1964 com um golpe contra o então governo de João Goulart. A liberdade de expressão e a liberdade da população civil de se organizar foram fortemente reprimidas. Contudo, apesar dessas restrições a população manifestava vontade e interesse em organizar movimentos para reivindicar, dentre outros diversos temas, melhorias na qualidade de vida e liberdade de expressão.

Em vários momentos e em algumas regiões do país, muitas mulheres participaram ativamente dos movimentos populares, se organizavam tanto entre elas (grupos somente para mulheres) ou em grupos em que todos (homens e mulheres) faziam parte. Aqui há uma diferenciação entre o movimento de mulheres, que lutavam por inúmeras reivindicações, mas que ainda não tinham em sua pauta as discussões sobre a emancipação feminina, e de outro lado o movimento feminista, que já se organizava em função de reflexões e luta pela emancipação da mulher na sociedade.

Porém essas duas vertentes de movimentos possuíam em suas pautas de reivindicações a creche, e segundo Rosemberg (1989) esta reivindicação não era conhecida pela população até então. Em 1975, no município de São Paulo ocorre um ato público de mulheres, que destaca para a população em geral e principalmente às mulheres para que se atentem ao desenvolvimento de um

programa de creches que responda às necessidades e problemas dessas instituições no município.

Ainda em 1975 há uma manifestação pública de grande importância na Universidade de São Paulo, que teve como protagonistas, funcionários, alunos e professores que se manifestavam na luta em prol de creches em seu local de trabalho. O caso das creches começa a ganhar notoriedade,

Também nessa época, a imprensa divulga uma outra forma de atuação: mulheres das classes trabalhadoras, que moram num bairro da periferia de São Paulo, manifestam-se diante da Prefeitura reivindicando creches. É a organização de empregados de empresas públicas e privadas que levantam dados sobre necessidades, elaboram projetos, avaliam custos, formam comissões e obtêm, junto à direção, a instalação de creches; são encontros, manifestações públicas e imprensa feminista que incluem a creche entre suas reivindicações. (ROSEMBERG, 1989, p. 97).

Observa-se a grande importância que as mulheres tiveram nesse processo de luta por creches. Apesar da necessidade dessas instituições existirem desde o início do século XIX, somente no fim do século passado que este tema entrou na pauta dos movimentos populares; logo, a creche não foi tratada com a importância devida durante décadas e então houve um lento desenvolvimento e expansão das mesmas dentro da sociedade, acarretando também um processo que estigmatiza essa instituição até os dias atuais, pois devido a todos esses acontecimentos históricos a creche até então não encontrou o seu lugar na sociedade como uma instituição educacional e que seja vista pela população com um valor social.

A partir desses movimentos na década de 1970 e quando a abertura política avança minimamente com as eleições diretas para os governos de estado na década de 1980, o Movimento Luta por Creches<sup>4</sup> ganha espaço, pois com suas reivindicações consegue pressionar os partidos políticos e estes fazem promessas para a criação de novos equipamentos.

Este movimento foi um dos mais importantes na luta por creches, além de novos equipamentos para a ampliação do número de vagas, reivindicava também

---

<sup>4</sup> “O Movimento Luta por Creches foi criado por parcelas da população, sendo atuante no município [de São Paulo] especialmente no período de 1978 a 1982, perdendo grande parte de sua força reivindicatória após as eleições de 1982. Ele teve importante papel na pressão por expansão das vagas em creches, defendendo o direito à creche e apontando a necessidade de a sociedade, através do Estado, assumir o encargo de atender os filhos dos trabalhadores.” (Oliveira; Ferreira, 1989, p. 43).

qualidade no atendimento às crianças e na estrutura física dos equipamentos. Avaliavam e acompanhavam a construção de novas creches e depois de prontas também acompanhavam o andamento do funcionamento das mesmas. E foi esse um dos motivos que afastaram os movimentos feministas das reivindicações por novas creches, pois agora além da luta pela ampliação das vagas era necessário também o trabalho no interior delas, assim aproximando essas mulheres de uma rotina que remetia ao trabalho doméstico e como o qual esses movimentos lutavam para romper e superar (ROSEMBERG, 1989, p. 100).

Houve também uma ruptura dentro do próprio movimento devido a divergências políticas e um afastamento de mulheres que encabeçaram o movimento, estas eram “mulheres de operários” e lutavam por creches gerenciadas pelo Estado na medida em que as empresas privadas não contemplavam em suas creches internas os filhos de todos os trabalhadores. Estas mulheres não eram mobilizadas sindicalmente, então buscavam se organizar nos chamados Clubes de mães por suas reivindicações por creches. Contudo quando o Estado expande sua rede de creches, pressionado pelo Movimento de Luta por Creches, este atende primordialmente as famílias mais vulneráveis socialmente, “emprestando, assim, a esse equipamento a finalidade de combater a miséria” (ROSEMBERG, 1989, p. 100). Remetendo ainda a uma instituição meramente assistencialista, pois não foi possível contemplar os filhos de mulheres que lutaram pela expansão das creches devido ao número insuficiente de vagas, ou seja, apesar de todos os esforços desses movimentos a solução para a problemática em questão não foi equacionada, muitas crianças ainda permaneciam fora das creches e num momento em que diversos outros assuntos emergem com força no âmbito das reivindicações populares, como desemprego, arrocho salarial, atendimentos precários em escolas e hospitais, dentre outros.

O Movimento de Luta por Creches e os diversos movimentos sociais que surgiram na década de 1970 e 1980 foram fundamentais para a elaboração da Carta Constitucional em 1988, estes movimentos exigiram do Estado um maior esforço para responder as demandas das classes populares e assim ele teve de repensar e reorganizar suas políticas públicas e diretrizes sociais.

### 1.3. A educação pós Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 é a Lei maior que rege a nação brasileira. Através das leis relacionadas à criança e a educação, possibilitou a inserção de forma efetiva os avanços conquistados pela educação. A CF/1988 considera a Educação como um meio pelo qual o ser humano pode exercer e aprimorar sua capacidade plena de ser social. Desse modo, a educação é vista como um direito social que deve ser garantido para todos. A garantia da educação a todo cidadão brasileiro é a forma de possibilitar ao indivíduo que goze plenamente de seus direitos.

Nesse sentido, a educação é direito social inafastável, instrumento indispensável para a própria formação plena da pessoa. Sem educação, a personalidade não se mostra plena em seu conteúdo, ficando prejudicado, no campo fático (mas também no campo jurídico) o gozo de certos direitos subjetivos por aqueles que a ela não têm acesso. (BRASIL, 2009).

Por meio da Emenda Constitucional nº 59 fica evidente os avanços na área da Educação Infantil especificamente. Apontando como obrigatória a educação desde os quatro anos de idade, insere parte da educação infantil dentro do ciclo regular de ensino, passo importantíssimo para revogar o caráter assistencialista atribuído às instituições.

Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 208.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta

gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 2009).

Essa obrigatoriedade faz com que o Estado torne-se o principal responsável por dar suporte ao educando e as instituições que trabalham com essa faixa etária, o que suscita as dificuldades em partilhar o orçamento governamental.

O Estado estaria responsável por rever os planos de governo a fim de atender ao novo contingente abrangido por essa obrigatoriedade, dando condições reais de acesso à educação, não somente fornecendo vagas, mas oportunizando aos educadores formação ao longo do processo.

Deve-se destacar que apesar dessa Carta Constitucional ser considerada a Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) há uma imensa dificuldade em tornar efetivos os direitos instituídos em seu texto, pois o cenário desde a elaboração desta até os dias atuais é de retrocesso dos direitos conquistados e que deveriam ser garantidos para que a classe trabalhadora tivesse acesso a todas as políticas sociais. Contudo o que vemos é o oposto, as políticas sociais, como educação, assistência social, saúde, dentre outras, sofrem com a redução de investimentos, seus orçamentos estão cada vez mais enxutos e todas essas questões servem de pretextos para que o Estado privatize suas instituições e as fragmente de forma que o acesso a elas pela população fique cada vez mais precário e deficitário, tornando dessa maneira inviável e incoerente as justificativas dadas pelo Estado de que assim os programas e projetos sociais seriam mais eficazes.

Ainda numa perspectiva legislativa se faz necessário tratar acerca da lei federal 12.796/13, esta atualizou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e instrumentaliza a emenda 59 da Constituição Federal.

O conteúdo da lei versa sobre a obrigatoriedade da matrícula as crianças com quatro anos de idade, anteriormente somente era obrigatória ao atingir seis anos.

Essa lei tem como objetivo a universalização da educação básica, e é o grande passo para que a educação infantil saia da esfera "maternal" e passe a ser vista como parte integrante e de importância para a formação infantil.

Dentre suas novas regras estão:

Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção;  
Carga horária mínima anual de 800h, distribuídas por no mínimo 200 dias de trabalho educacional;



Atendimento de criança de, no mínimo, 4 horas diárias para turno parcial e de 7 horas para a jornada integral;  
Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% do total de horas. (BRASIL, 2013).

Cabe esclarecer que a medida atinge a pré-escola e não a educação infantil como um todo, mantendo ao critério da família inserir ou não as crianças na creche.

O fato do Estado não dar obrigatoriedade a idade anterior a essa, suscita questões de que se estaria ele se eximindo de dar apoio para as creches, mas em contrapartida garante as famílias o direito de optarem pela melhor forma de educação das crianças. Ou seja, a não obrigatoriedade resguarda o direito da família em permanecer com a criança, se desejado for, nos primeiros anos de vida, porém não exime o Estado das suas responsabilidades em gerar vagas e apoiar o avanço nesse setor, pois a Educação Universal independe da obrigatoriedade, pois primeiramente é um direito social da criança.

Para passar a ser um sujeito também de direitos garantidos por lei, foi um longo processo, do qual as transformações econômicas, políticas e sociais contribuíram para a mudança do conceito de infância e criança. Então as instituições que abrigavam as crianças pequenas de 0 a 6 anos de idade foram acompanhando essas mudanças nas legislações e então também passaram por transformações profundas no decorrer dos anos.

Contudo articular as ações das diversas políticas que permeiam essa instituição é uma tarefa a ser pensada e superada. A maior dificuldade ainda está entre articular a política educacional com a da assistência social, ambas ainda não compreendem claramente sua função nas instituições de educação infantil e principalmente em creches, isto ocorre devido à evolução histórica e social que as pré-escolas e creches percorreram. A primeira sempre esteve ligada diretamente a área da educação e atendiam famílias mais abastadas, já a segunda atendiam filhos das camadas mais populares, pois tinha um papel de assegurar as crianças um local seguro enquanto seus pais trabalhavam e esta era ligada a área de assistência social (UNESCO, 2004).

E então foi na década de 1980 que houve um salto na reflexão dos pontos pertinentes à Educação Infantil, que agora não é mais tida como algo meramente assistencialista e compensatório, mas necessário no desenvolvimento infantil e não devendo apenas ser voltado para as classes mais vulneráveis socialmente. Este

processo de luta para a inserção da educação infantil na Constituição teve a participação de movimentos sociais, do movimento de mulheres, de movimentos de redemocratização e também de profissionais da área da educação. Dessa forma ocorreu a mudança do entendimento de que as creches não eram somente para as crianças menos favorecidas socialmente e passou a ser compreendida como um direito universal e irrefutável. (BRASIL, 2013).

Nesse período, marcado pela elaboração da Constituição Federal vigente, que contém em seu texto a positivação da Educação Infantil como sendo um direito básico a qual todas as crianças devem ter acesso, definindo a creche e pré-escola como um direito da criança e dever do Estado de garantir o acesso a essas instituições.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, uma das grandes motivações para que a Educação Infantil fosse considerada como direito fundamental da criança e ser colocada no mais alto patamar legislativo, a Constituição Federal/1988, foram as pesquisas realizadas na década de 1980 que apontavam a criança como um ser individual que precisa de dispositivos adequados para o pleno desenvolvimento cognitivo e social.

Esses fatos foram acompanhados por estudos e pesquisas, em diferentes áreas do conhecimento, cujas conclusões apontaram cada vez mais, em direção a importância dessa fase para o desenvolvimento integral da criança, como ser único e indivisível, completo e dinâmico, em intensa relação com as pessoas e o com o meio social onde está inserida. (COSTA, s.d.)

A partir desse momento, tornou-se mais necessário um empenho maior de pesquisas e legislações que visassem uma definição do papel social da criança e da pré-escola, para Kramer (1989) a pré-escola tem a função de difundir juntamente com a escola pública os conhecimentos que as crianças (alunos) adquirem no

decorrer de sua trajetória escolar, iniciada já com sua frequência nas pré-escolas (creches).

Ainda segundo Kramer também é importante destacar “a criança enquanto o ser social que ela é” (1989, p. 23), valorizando todo contexto social, cultural e econômico do qual essa criança se desenvolve fisicamente, emocionalmente e intelectualmente.

Dizer que a criança é um ser social significa considerar que ela tem uma história, que vive uma geografia, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo também com a sua própria inserção nesse contexto. (KRAMER, 1989, p. 23).

Criado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente também confere ao Estado o dever de prestar o atendimento pré-escolar as crianças, fundamentado no entendimento não meramente assistencialista, mas fonte de desenvolvimento pleno das crianças. Conforme consta no artigo 54: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (ECA, Lei 8.069/1990).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996 - LDB), há o reconhecimento sobre a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança pequena, considerando-a como a primeira etapa da educação básica (composta por três etapas: Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), representando a “raiz” de sua formação.

A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 4º-IV, confirmou, mais uma vez, que o atendimento gratuito em creche e pré-escola é dever do Estado. Deixou claro, também, que o atendimento a essa faixa etária está sob a incumbência dos municípios (art.11-V), determinando que todas as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, estejam inseridas no sistema de ensino. Como parte integrante da primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil foi dividida em creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro a seis anos), conforme artigo 30-I e II da LDB/96. Não colocou a Educação Infantil como ensino obrigatório, como no caso das crianças a partir dos sete anos de idade, mas reconheceu a sua importância ao defini-la como a primeira etapa da educação básica e como direito de toda a criança

de zero a seis anos de idade, sempre que seus pais ou responsáveis assim o desejarem ou necessitarem. (COSTA, s.d.).

Ao colocar a Educação Infantil como sendo parte do sistema regular de ensino, tornando dever de o Estado universalizar o direito da criança de ter uma vaga garantida, rompeu-se teoricamente com o limite social estigmatizado que marcou esse segmento. A amplitude desse direito é universal, independente de classe social, diversidade cultural ou diferenças regionais. Ou seja, a creche deixa de ter um caráter puramente assistencialista e passa a compor a primeira etapa da Educação Infantil do Ensino Básico integrando o caráter e a dupla missão de cuidar e educar.

A LDB ainda traz em seu 89º artigo a fixação de um prazo de três anos para que os Estados e Municípios se adequem a nova lei, dessa forma as creches que ainda permaneciam vinculadas aos setores da assistência social teriam de migrar para o sistema educacional.

Essa transição demandou inúmeros esforços e muito diálogo entre as secretarias de assistência social e educação para que as creches fossem recebidas pelo sistema educacional de maneira que não houvesse perdas no trabalho antes elaborado, pois era necessária a compreensão por parte dos gestores da educação de que a creche era diferente da escola, ela não abrigava crianças em idade de ensino-aprendizagem e sim os trabalhos tinham de ser voltados para as relações educativas e pedagógicas. E também foi de extrema importância o entendimento da evolução histórica e social dessas instituições, bem como o conhecimento de todo contexto que as creches emergiram para que assim não houvesse retrocessos nesta nova organização e então dessa forma a criança seria o principal beneficiado dessa transição.

Contudo nessa transferência de secretaria os assistentes sociais deixaram de atuar nas creches, então algumas atividades desenvolvidas por esses profissionais foram cessadas, a exemplo às visitas domiciliares.

É importante ressaltar que através do acesso da criança à creche é possível estreitar os vínculos com as famílias e por isso teria sido necessário e importante ter mantido o profissional do Serviço Social dentro desses espaços para não somente garantir, mesmo que não plenamente, pois a demanda é muito maior que o número de vagas ofertadas, mas também acompanhar essas famílias durante a permanência dos filhos na creche para que diversos outros direitos fossem

acessados, como à saúde, cultura, benefícios de transferência de renda, programas e projetos dos municípios, dentre outros.

O assistente social é munido de diversos instrumentos e técnicas que a profissão lhe oferece para construir um trabalho que tenha como horizonte uma sociedade do qual as diferenças sociais sejam minimizadas e pode se utilizar delas como o projeto ético político e código de ética e empenhar-se em fortalecer o projeto político pedagógico das creches, pois o serviço social visa uma sociedade diferente, que supere esta exploração do trabalho pelo capital e do qual as classes subalternas assumam um papel de protagonistas nessa sociedade dividida em extratos sociais tão distintos, superando dessa forma a hegemonia das classes dominantes.

A escola (creche) pode com a contribuição de seus diversos agentes, dentre eles os assistentes sociais propiciar para a comunidade, as famílias e primordialmente as crianças uma maneira pelo qual possam vislumbrar saídas para se inserirem de forma crítica nessa sociedade tão marcada pelas mazelas do capitalismo.

É, portanto, missão da escola proporcionar às classes subalternas uma visão do mundo natural e do mundo social que as ajude a se inserir nas relações sociais, políticas e culturais de uma sociedade “moderna”, isto é, uma sociedade em que as relações capitalistas estão se expandindo (MOCHCOVITCH, 1992, p. 63).

É entendido e consolidado que a criança em seus primeiros anos de vida depende essencialmente da família para seu desenvolvimento pleno e seguro. E devido às condições sociais e históricas sempre coube às mulheres a guarda de seus filhos, enquanto os homens tinham a função de prover condições econômicas para o bem estar da família.

A educação da criança pequena está ligada tanto ao campo educacional como à questão da família, da maternidade e, por consequência, aos direitos das mulheres. Isto porque a criança, nos seus primeiros anos de vida, ainda se encontra muito dependente dos cuidados adultos e, em decorrência de nossa forma de organização social e dos padrões culturais dominantes, a responsabilidade principal pela sua guarda e educação recai sobre a família e, mais especificamente, sobre a mãe" (CAMPOS, 1989).

A creche surge como figura paliativa, sendo apenas uma opção segura para que as mães possam exercer seu direito de acesso ao trabalho, portanto as creches

são primeiramente um exercício do direito das mulheres, o foco não é o direito da criança, tampouco o acesso à educação.

Segundo Rosemberg (1989), a creche não deve ser encarada apenas como um direito da mulher enquanto mãe trabalhadora ou condicionado à característica econômica familiar, é direito, primeiramente, da criança, independentemente de qualquer outra condição. Esse fato se dá por diversas razões. A primeira é que dessa forma o direito da criança à creche é desvinculado do direito da mulher e de todas as questões sociais e culturais relacionadas às conquistas feministas. A segunda razão é que a inserção da creche na Educação, rompendo, mesmo que parcialmente com a visão assistencialista da mesma, proporciona uma visão mais ampla do atendimento às necessidades da criança, contemplando-a em sua totalidade, não apenas em suas necessidades básicas, também importantes. A terceira razão, é que a creche, agora, possui um caráter complementar ao da família e não uma substituta desta. Contudo, conforme Rosemberg (1989), essa condição do direito à creche não obriga a família a inserir a criança na mesma, pois este é um direito da criança e não uma obrigação da mesma. Essa condição reforça a implementação da Lei que afirma que a educação da criança é um dever não só da família, mas também da sociedade e do Estado. Partindo desses pensamentos, a autora afirma "queremos sim que o Estado interfira neste processo de educação e guarda da criança de zero a seis anos" (ROSEMBERG, 1989, p. 6).

A universalização da Educação Infantil coloca o Estado como principal financiador e provedor de recursos que garantam a efetivação do direito da criança. A problemática é que a parcela do orçamento governamental dispendida a educação na situação atual é enxuta, englobar a educação infantil como parte do ensino regular é um desafio ao erário público.

## Capítulo 2.

### INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O Brasil, em seu aspecto econômico, conseguiu desenvolver-se a ponto de equiparar-se com países desenvolvidos. Conseguindo alcançar grandes prestígios perante as potências econômicas mundiais como os Estados Unidos. Apesar do grande avanço econômico, as condições de extrema pobreza, desigualdade social, analfabetismo e saúde fragilizada ainda são características que marcam boa parte de nossa população, demonstrando uma grande contradição entre o desenvolvimento econômico e as condições de vida da população.

Apontado como a 7ª economia mundial, o Brasil conforma uma sociedade na qual 14 milhões de pessoas são analfabetas, 29,5, 246 milhões são analfabetos/as funcionais, 14,8% dos/as jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola e 25,2% das crianças de 4 e 5 anos estão excluídas do sistema educacional. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2012), a porcentagem da população de 6 a 14 anos que está fora da escola é de 2,4% e, ao avaliar a renda dos/as excluídos/as, entre os/as 20% mais pobres, essa exclusão é quase cinco vezes maior do que entre os/as mais ricos/as, evidenciando o caráter de classe que o acesso à educação assume. (CFESS, 2012 p. 245-6)

Conforme já visto, a Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à educação a todo cidadão. Dessa forma, toda a coletividade da população brasileira, independente da sua condição financeira ou posição social foi favorecida.

Foi uma grande conquista e um grande avanço na legislação brasileira no tocante a educação, considerando a importância desta para o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas áreas, inclusive para se perceber como cidadão e lutar por seus direitos. Contudo, há uma grande discrepância entre a lei e a sua aplicabilidade na prática, pois uma grande parcela da população ainda não acessa esse direito. O assistente social na educação pode contribuir, portanto, na elaboração de projetos capazes de efetivarem o acesso à educação e tornar esse acesso não somente presencial, mas efetivo, amparando na caminhada e nas dificuldades que podem surgir durante os anos de permanência dos alunos na escola, mas não somente atuando para solucionar as manifestações da questão

social, que são tão emergentes dentro dos espaços educacionais, mas também realizar uma análise crítica dessas manifestações para combatê-las em sua raiz.

Nessa perspectiva se impõe construir ações profissionais no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades como gênero humano. Cumpre à categoria profissional a reflexão crítica sobre a educação como processo social numa perspectiva de totalidade que envolve projetos institucionais e societários em disputa, os quais podem reforçar o *status quo* ou insurgir-se contra o mesmo. (CFESS, 2012 p. 247)

Os elevados índices de pobreza e miséria que afetam a população consequentemente refletem no sistema de ensino e na escola. Esses reflexos são resultado de uma série de fatores, o principal é a entrada precoce no mercado de trabalho, ou seja, o trabalho infantil priva não somente ao direito à educação, mas também à cultura, lazer e o brincar. Esse fator é ampliado pelos poucos incentivos voltados para educação, professores e profissionais que trabalham direta ou indiretamente na educação encontram-se desamparados e desmotivados, enfrentando as mais diversas situações sem o menor apoio e sem infraestrutura adequada, acabando por vivenciar uma experiência opressora e chegam a desistir da profissão (CFESS<sup>5</sup>, 2001).

As implicações decorrentes da luta pela sobrevivência concorrem para o aumento da evasão escolar, baixo rendimento, atitudes e comportamentos hostis e de riscos tanto para si próprios como para os outros alunos. Estas expressões são intensificadas pela falta de infraestrutura, pouca qualidade de ensino existente nas escolas, baixa remuneração e falta de capacitação dos professores, o aparato educacional sofre a cultura da exploração capital trabalho em relação ao aparelho Estado em todas as suas esferas, juntamente com a omissão de alguns seguimentos no acompanhamento escolar dos educandos (SILVA, CARDOSO, 2013).

Depois da constatação por diversos pesquisadores de que as condições de pobreza, desigualdade social e a ausência de serviços básicos na área da educação e saúde estão intimamente relacionados ao índice de desenvolvimento de um país, condições essas, que quanto mais precárias, mais contribuem para o subdesenvolvimento da nação ao impedir ou limitar o desenvolvimento dos talentos e competências da população do país. A privação desse desenvolvimento da

---

<sup>5</sup> Conselho Federal de Serviço Social - CFESS



população, logicamente acarretará na privação do desenvolvimento do país como um todo, pois este é formado essencialmente pela população que o compõem, muito mais que os números da economia. A Escola sozinha, ou mesmo a Educação não devem ser vista sob uma perspectiva messiânica, com a função miraculosa de resolver todas as problemáticas sociais que o Brasil está exposto, porém é necessário que a Educação exerça seu papel para diminuir a exclusão social. E o assistente social está preparado para colaborar dentro dessas instituições no tocante a luta frente às desigualdades sociais.

O enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade. Uma das formas de acessar e garantir esses direitos são por meio das políticas sociais. E as políticas sociais que compõem a proteção social tem se constituído em respostas, muitas vezes fragmentadas, para as complexas expressões da questão social produzidas neste sistema de exploração e dominação. (ALMEIDA, 2012, p. 27).

Segundo o CFESS (2001), o papel das escolas públicas no contexto social atual tem um significado especial dentre a classe trabalhadora com o dever de estabelecer uma relação contínua entre o conteúdo trabalhado na escola e a realidade social na qual o aluno vive. Trabalho este que nem sempre é desempenhado de forma eficaz, dada as condições precárias de recursos materiais e humanos nas unidades escolares, também pela falta de atualização de muitos profissionais da educação e a falta de percepção que a escola tem da realidade ao seu entorno. Muitas vezes o que ocorre é o isolamento no mundo dentro da escola, ou seja, a escola isola-se do mundo fora dela, ensinando, muitas vezes, conteúdos pertinentes à formação curricular normal, porém, sem levar em consideração o papel social que ela necessita desempenhar.

Dada essa condição, ainda conforme o CFESS (2001), esse processo de aproximação da escola com a realidade social tem exigido auxílio de outras formas de organizações que estão presentes na comunidade como conselhos comunitários, ONG's, dentre outras.

É exatamente neste contexto que o Serviço Social entra como agente contribuidor nesse processo, pois a característica do trabalho do assistente social é a articulação entre essas diferentes formas de organizações pertencentes à comunidade, com um olhar analítico da situação, levantando hipóteses acerca do

contexto social e promovendo formas de solucionar esses problemas. Essa contribuição do Serviço Social se estende para uma mediação entre a escola e a comunidade, trazendo elementos da comunidade para dentro da escola e, ao mesmo tempo, aproximando a escola das condições do contexto social no qual ela está inserida.

A escola, de fato, é a porta de entrada ao acesso de diversas problemáticas, ao mesmo tempo em que muitas questões são trazidas pelas crianças que reproduzem o contexto ao qual estão inseridas em casa, também é o local no qual o trabalho pode abranger um grande número de famílias pertencentes à sociedade ao entorno da escola. Considerando esses fatos, a inserção de um profissional capacitado para identificar as melhores soluções possíveis para sanar essas problemáticas se faz necessária (CFESS, 2001).

Nesse sentido, a presença de um profissional assistente social na escola não implica num conflito entre suas atribuições e as do profissional pedagogo, pois não pretende o assistente social invadir o campo pedagógico, ao contrário, pretende atuar num regime de parceria com os profissionais da educação visando um amparo realmente integral às necessidades da criança, sua família e da comunidade.

A importância do serviço social para o desenvolvimento infantil deve ser compreendida pelo fato de que para que este ocorra de forma plenamente satisfatória, é necessário não somente um espaço adequado de ensino e uma metodologia pedagógica que respeite as individualidades das crianças e que consiga atingir a maioria delas, mas antes é necessário que as condições básicas de sobrevivência dessas crianças sejam sanadas (CFESS-CRESS<sup>6</sup>, 2014). As crianças em situações de vulnerabilidade social, principalmente nos primeiros anos de vida, podem sofrer prejuízo no seu processo de desenvolvimento que o acompanhará pela vida toda.

Várias são as razões da atenção dada à infância, uma vez que as crianças não possuem capacidade de garantir e lutar pelos seus direitos, pois são seres em desenvolvimento e precisam conhecer valores humanos e sociais que deverão cultivar ao longo da vida. Elas não conseguem viver sozinhas, prover o próprio alimento, ter acesso à educação sem a tutela de um adulto, necessitando de uma educação integral. (SANTOS, SILVA, s. d.)

---

<sup>6</sup> Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

Os avanços no desenvolvimento da criança alcançados durante os seis primeiros anos de vida são os que acontecem em maior velocidade em um curto espaço de tempo em todos os aspectos da criança: cognitivo, social, motor e afetivo. Portanto, um trabalho que visa contribuir para uma melhor manutenção das condições necessárias para que este desenvolvimento não seja prejudicado, mas ao contrário, seja favorecido e estimulado, por isso a presença do assistente social é essencial para que ele promova junto com os outros profissionais da instituição as condições necessárias para esse desenvolvimento. (CFESS-CRESS, 2014).

As condições básicas necessárias para que o aprendizado seja alcançado pelos alunos inseridos no âmbito escolar vão para além das necessidades básicas de higiene e alimentação, abarcando as questões de segurança e violência que estão cada vez mais presentes nas escolas brasileiras. Condições essas condicionadas aos fatores sociais e históricos da sociedade em geral conforme o CFESS (2001).

Dessa forma, para que o direito à educação seja realmente garantido às crianças que frequentam essas escolas, principalmente de zonas periféricas e de alto grau de periculosidade e vulnerabilidade social, muitas são as condições na esfera social a serem consideradas e modificadas. A maior parte da população é marcada por essas condições como desemprego, fome, exclusão social, miséria, falta de conhecimento e informação, falta de saneamento básico, falta de condições que proporcionem uma saúde adequada para a população e também fato de extrema importância, tanto quanto as outras questões está o trabalho infantil.

Considerando esses fatores, conforme o CFESS (2001) é evidente que uma criança terá dificuldade no avanço escolar, se levarmos em conta que sua prioridade, muitas vezes são suas necessidades básicas não atendidas.

Essas condições precárias e de alto índice de violência da população em geral são propiciadores de problemas de comportamento dentro da escola por influências do contexto ao qual a criança está inserida, levando para a escola alunos com comportamentos deturbados, violentos, irritados. E isto ocasiona uma grande evasão escolar e se tornam um grande desafio para as instituições escolares. Mediante essas situações, o que a escola pode fazer é o estabelecimento de diálogos visando promover uma aproximação, o desenvolvimento da aprendizagem e a garantia do direito das crianças e adolescentes.

Ao se propor dialogar com esse aluno, torna-se cabível encontrar soluções e a escola consegue estabelecer uma relação com a família e com os alunos, procurando entender o contexto social no qual estão submetidos. Esta interação escola-família deve existir para que seja conhecido se os direitos básicos à vida humana estão sendo garantidos, que de acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal correspondem “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). A efetivação desses direitos é necessária para que a formação educacional nas escolas obtenha bons resultados.

Conforme ressalta o CFESS (2001), a presença do profissional do serviço social na educação visa, sobretudo, a garantia do acesso à educação formal envolvendo um trabalho que não se limita ao indivíduo, mas que envolve a família, os professores, os demais funcionários da escola, a equipe gestora e a comunidade em geral. Pois é impossível retirar o indivíduo de seu contexto social, educá-lo na escola, como se fosse uma realidade a parte, e devolvê-lo pronto para as relações dentro da sociedade, para exercer seus direitos de cidadão e contribuir para o desenvolvimento da sociedade com suas competências e habilidades. O trabalho visando o desenvolvimento integral da criança envolve todo o contexto no qual ele está inserido (CFESS-CRESS, 2014). A atuação do assistente social está direcionada para a promoção da gestão democrática e qualidade da educação tendo em vista a educação como um direito social garantido.

Dentre as atuações do Serviço Social dentro da realidade escolar, uma em especial ressaltada pelo CFESS (2001) é o de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais que fazem parte da realidade do aluno visando saná-lo ou, no mínimo, atenuá-lo. Além dessa contribuição, o assistente social tem a possibilidade de fazer encaminhamentos, quando necessários a determinado aluno, aos diversos serviços da rede onde a unidade escolar está inserida. Esse profissional surge como um apoio para compor o quadro escolar, agindo de forma integrada com a equipe escolar contribuindo com seu conhecimento e as possibilidades de atuação garantindo, dessa forma, uma melhor eficácia na promoção dos direitos educacionais aos alunos, sobretudo, da rede pública.

A importância da atuação do Serviço Social na escola, desde as creches até o ensino superior, se dá pela forma como o estado se posiciona no momento atual em relação às políticas públicas. Conforme aponta o CFESS (2001), as políticas

públicas atuais são baseadas no projeto neoliberal, isso significa que o Estado se coloca à parte de responsabilidades em relação a tais políticas sociais. Com uma participação menor do Estado essas ações, principalmente relacionadas à educação, saúde, segurança pública e lazer, terceirizando essas responsabilidades para o setor privado e para a sociedade civil, como no caso de ONG's e associações e organizações sociais. O assistente social, mediante essas condições, intervém visando a garantia dos direitos daqueles menos favorecidos cobrando de quem é necessário cobrar. Pois de fato, a criança, no papel de aluno, vive dentro de uma comunidade e está inserido numa sociedade, logo também é um cidadão e seus direitos devem ser resguardados.

Sociedade e comunidade são dois conceitos geralmente tidos como sinônimos, contudo, se for analisado o que realmente significa cada um dos conceitos, serão encontradas algumas diferenças bem como semelhanças. A maior semelhança se encontra no fato de que os dois conceitos se referem a organismos vivos que se inter-relacionam de alguma forma, contudo, a diferença se dá na forma como está inter-relação de fato ocorre. O termo sociedade, em sociologia, se refere a um conjunto de pessoas que compartilham um mesmo propósito, gostos, preocupações e costumes, que integram entre si constituindo uma comunidade, como é o exemplo de uma dada sociedade como uma cidade, uma aldeia indígena ou mesmo um país.

De forma mais ampla, a sociedade implica num agrupamento de pessoas que formam um sistema semiaberto, ou seja, que possui critérios próprios do agrupamento como costumes e crenças, mas que pode ser aberto a novos adeptos e se relacionar com outros diversos agrupamentos. Neste sistema, a maior parte das relações são interpessoais e realizadas entre seus próprios membros.

As comunidades geralmente são grupos formados por pessoas que possuem vínculos próximos como familiares, amigos e vizinhos e que mantém uma forma de relação baseada naquelas relações primárias, sem nenhum tipo de intermediação. Esse tipo de relação se difere da sociedade, pois nesta forma de união social, as relações são estabelecidas de formas mais racionais de interesses, ou seja, não existe essa relação baseada em vínculos próximos. Para exemplificar as diferenças das duas formas de relação Rodrigues (2015, s.n.) descreve, "quando uma pessoa negocia a venda de uma casa, por exemplo, com um familiar (comunidade) e com um desconhecido (sociedade)". Ele explica que "no negócio com um familiar irá

prevalecer as relações emotivas e de exclusividade; enquanto que na negociação com um desconhecido, o que irá valer é o uso da razão" (RODRIGUES, 2015, s.n.). Em seu artigo o autor afirma que o regime pelo qual a comunidade é regido não é por leis como na sociedade, mas está interligado a tradição, religião, consenso e respeito mútuo.

Com isso o assistente social deve ter a preocupação de conhecer o equipamento social e a comunidade que está inserido ou que irá se inserir enquanto trabalhador, bem como se apropriar de todo contexto histórico dessa região a fim de propiciar um melhor atendimento para essa comunidade. Existem diversas formas para o profissional do Serviço Social poder atuar de forma que possa intervir no meio escolar e na comunidade, com o intuito de, segundo o CFESS (2001), de promover a integração entre ambas as organizações, já que pertencem ao mesmo contexto e são formadas pelo mesmo grupo de sujeitos. Dentre as formas de atuar, o profissional, portanto poderá desenvolver atividades técnicas profissionais diversas dentre as quais:

- a) Pesquisa de natureza socioeconômica com o intuito de caracterizar as famílias atendidas pela escola em todos os seus aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos;
- b) Programas de orientação sócio-familiar: a partir do levantamento das características das famílias, o trabalho é voltando para a prevenção da evasão escolar e melhora do desempenho escolar através da orientação das famílias, com o intuito de contribuir para a melhor formação desse aluno como pessoa de direito;
- c) Participação, em equipe multidisciplinar, de programas com o objetivo de prevenir à violência na escola e fora dela, prevenir a inserção de crianças e adolescentes no mundo da drogadição, auxiliar na prestação de esclarecimento e informação sobre doenças infectocontagiosas, em especial as doenças sexualmente transmissíveis e todas as demais questões de saúde pública;
- d) Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias que fazem parte da comunidade local

potencializando a articulação entre elas, principalmente no tocante ao encaminhamento do aluno e sua família para uma melhor forma de atendimento das suas necessidades;

- e) Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento da realidade sócio-familiar do aluno de forma mais específica, não somente das famílias como um todo caracterizando a comunidade, mas a família de origem do aluno, a forma como se organizam e suas condições particulares com o intuito de prestar uma melhor assistência e encaminhá-lo de forma adequada;
- f) Elaboração e desenvolvimento de programas específicos para alunos com necessidades especiais, visando, principalmente, o processo de inclusão social. Verificando as necessidades específicas de cada um e proporcionando a melhor forma de encaminhar e assistir dentro de sua condição específica;
- g) Empreender e executar todas as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, conforme previsto nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93 (CFESS, 2001) e que não foram especificadas nesta relação de funções.

A compreensão que o profissional do Serviço Social precisa ter do contexto familiar passa pelas diversas modificações ao longo da história da constituição familiar até os novos arranjos familiares que encontramos hoje. Dessa forma, o modelo familiar mudou muito desde o final do século XIX até o século XXI. Pode-se dizer que o século XX foi um século de transição na sociedade brasileira. Com a chegada da indústria no Brasil, os grandes centros urbanos começaram a se desenvolver. E o foco da economia deixa de ser a agricultura e a pecuária e passa a ser a indústria. Nesse período ocorreu o fenômeno chamado êxodo rural, no qual uma grande quantidade de pessoas migrou das zonas rurais para os centros urbanos, concentrando-se principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, especialmente a cidade de São Paulo. Essa mudança no contexto econômico e social ocasionou numa mudança na configuração familiar e na própria maneira de se pensar a família conforme defendem Nascimento, Brancher e Oliveira (2008).

Segundo esses autores, a família rural era caracterizada por ser extensa, como muitos filhos e netos. Dentro deste contexto familiar era comum a convivência de familiares até a quarta geração, tendo, portanto, uma convivência bem ampla envolvendo tios, primos e demais parentes laterais. Isso se dava, principalmente, pela necessidade de mão-de-obra nas lavouras e um número grande de membros da família era uma vantagem. Em contrapartida, a família urbana, dentro da sociedade industrializada, tem como característica uma concentração maior na família nuclear (pai, mãe e filhos apenas), geralmente com poucos filhos. Isso se dava, principalmente, pelo fato da moradia nas cidades ter pouco espaço, pelo custo de vida.

Com o passar do tempo, essa formação nuclear também foi se modificando e, hoje, dificilmente se fala em um modelo familiar típico do século XXI, pois há muitas configurações diferentes de família. Muitos autores e profissionais adotam o conceito de *constelação familiar* (HELLINGER; HOVEL, 2010) para se referir ao fenômeno familiar da nossa época atual. Logo, o assistente social deve se atentar e se capacitar para saber lidar com os diferentes arranjos familiares de forma que consiga contribuir com a superação de preconceitos e estigmas que emergem hoje em nossa sociedade devido a esses novos arranjos.

Se a geração dos pais dessas crianças nasceu imersa no mundo digital, esse grupo nasceu já imerso no mundo digital mais atualizado, mais acelerado, mais informatizado. Se a geração anterior presenciou o computador sendo inserido na vida diária como ferramenta não só de trabalho, mas também de estudo, lazer e interação social, essa nova geração já nasceu com este novo conceito de internet voltada muito mais a interação social do que para o trabalho propriamente dito.

O mundo virtual é tão vívido quanto o mundo real, hoje as crianças e adolescentes convivem constantemente com as pessoas nas redes sociais em contrapartida estão deixando de se relacionar pessoalmente. Podem ser chamados de "*geração silenciosa*", pois estão muito mais inseridos e se relacionam no mundo digital. Essa realidade social também tem como característica as diferentes formas de configuração familiar nas quais a criança agora convive. Além da configuração tradicional: pai, mãe e filhos, a criança vive com famílias só com mãe, ou só com pais, com os avós, famílias adotivas, famílias com casais homoafetivos, mães com namorados, pais com namoradas, duas famílias, senão três.



Além de todas as mudanças nas relações e reproduções sociais no cotidiano da vida das crianças, elas também se deparam com inúmeras adversidades que refletem em seu modo de se relacionar com a comunidade onde está inserida, como: condições de risco, alto índice de violência contra a criança, abuso sexual, violação dos direitos, trabalho infantil. Em pleno século XXI, com mais de 20 anos da homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente, são vistas muitas crianças e muitos adolescentes tendo seus direitos tirados ou privados, muitas vezes, dentro do próprio âmbito familiar.

É dentro desse contexto que o profissional do Serviço Social poderá se inserir e deve estar preparado para lidar. Auxiliar a escola a manter uma comunicação com uma comunidade em pleno século XXI, com toda a diversidade típica da nossa cultura atual.

Todos esses fatores comprovam o quanto é importante a presença deste profissional atuando dentro do âmbito educacional, em parceria com a equipe escolar, em conjunto com as famílias e a comunidade em geral. Dessa forma poderá articular ambas as políticas, assistência e educação, de maneira que consiga não somente atuar para minimizar as reproduções das desigualdades sociais, mas também se empenhar em transformar o espaço escolar em um ambiente capaz de contribuir para com a qualidade de vida de seus usuários, sejam os alunos, professores, demais funcionários e comunidade. Sempre respeitando suas respectivas individualidades sociais e históricas (SILVA, CARDOSO, 2013).

### Capítulo 3.

#### **ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ.**

Aqui serão analisadas as três entrevistas realizadas com assistentes sociais que integraram o quadro das creches no município de Santo André, do qual uma delas participou ativamente das reflexões para o desenvolvimento do trabalho prático nas creches e também coordenou toda equipe durante os quase dezessete anos que o Serviço Social esteve presente nessas instituições. Um breve histórico do município foi levantado, bem como sobre a FEASA<sup>7</sup>, entidade que organizou todo o processo de inserção dos/as assistentes sociais nas creches. Esta análise também tem a finalidade de dialogar com os cadernos, ensaios e brochuras do CFESS/CRESS para assim subsidiar as discussões a respeito da inserção dos profissionais do Serviço Social na educação, neste caso, utilizando como referência a experiência das creches do município de Santo André.

##### *3.1 Breve história da cidade de Santo André*

A fundação do município de Santo André está atrelada à história do Brasil Colonial. Quando Portugal intensificou a colonização das terras brasileiras contou com a colaboração de João Ramalho, que conhecia diversas tribos indígenas e se comunicava com elas, então era fundamental sua participação na colonização das terras do país. Em contrapartida ao seu empenho junto aos índios, João Ramalho pediu que o lugar onde morasse também fosse transformado em vila e depois de muitas negativas, em oito de abril de 1553 foi fundada a Vila de Santo André da Borda do Campo.

Em 25 de janeiro de 1560 a Vila de Santo André perde sua autonomia administrativa e passa a integrar a Vila de São Paulo de Piratininga, se tornando bairro. Em 1637 passou a integrar a Fazenda de São Bernardo – hoje município de São Bernardo do Campo.

Sua industrialização e urbanização ocorreram principalmente devido a

---

<sup>7</sup> Federação das Entidades Assistenciais de Santo André – FEASA.

construção da linha férrea em meados do século XIX. Essa construção favorecia o transporte dos produtos agrícolas do interior ao Porto de Santos e com isso também contribuiu para a instalação de indústrias na região. Em 1889 é fundado o município de São Bernardo, várias indústrias e pequenos negócios foram se instalando na cidade e assim inicia sua urbanização. Em 1910 ressurge o nome Santo André para nomear um distrito de São Bernardo. Na década de 1930 este distrito possuía as indústrias mais importantes da região e também uma estação da linha férrea e vários políticos influentes moravam na região também. Com isso em 1939 a sede do município de São Bernardo foi transferida para Santo André e então toda a região que hoje é o ABC paulista passou a se chamar Santo André.

A partir da década de 1940 os distritos que compunham o município passaram a se emancipar e dessa forma Santo André passou a ser composto por três distritos, Sede, Capuava e Paranapiacaba.

Na década de 1950, devido aos investimentos do Estado e do capital estrangeiro, indústrias automobilísticas, metalúrgica, mecânica e de material elétrico se instalaram na região. Na década de 1970 houve um grande avanço na concentração de indústrias na região da Grande São Paulo e em Santo André há um adensamento de sua população. Foi nesta década também que a mulher se inseriu de maneira mais efetiva no mercado de trabalho, então emerge a necessidade de lugares onde essas mulheres possam deixar seus filhos enquanto trabalham, assim como em todo resto do país, em Santo André não foi diferente a justificativa de emergência das creches.

Já na década de 1980 ocorre uma desaceleração da economia e nos anos de 1990 a produção industrial sofre ainda mais com a recessão, em Santo André várias indústrias deixaram o município devido a melhores incentivos fiscais em outras regiões.

### 3.2 FEASA

A Federação de Entidades Assistenciais de Santo André - FEASA foi fundada em 1970, pela ação de representantes da sociedade civil de Santo André juntamente com cinco entidades assistenciais. É uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, de natureza assistencial. Possui trinta e sete entidades assistenciais federadas, todas do município de Santo André e elas integram cinquenta unidades

que atendem crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Oferece assessoria, consultoria e capacitação para as entidades federadas.

Nesta trajetória de mais de quatro décadas, a FEASA realizou diversas ações e projetos voltados ao avanço dos serviços prestados pelas entidades, influenciando as políticas públicas, mobilizando, participando e representando as Entidades nos movimentos onde a assistência social entrasse como pauta.

Entende-se a FEASA, portanto como uma união de diversas entidades não governamentais de cunho assistencial atuantes em diversas áreas, desde saúde à educação, perpassando do atendimento às crianças ao amparo aos idosos.

### *3.3 Entrevistas*

Ao começar a desenvolver o tema sobre o serviço social na educação foram encontrados bons artigos e livros que versam sobre esse assunto, porém o grande obstáculo é que ao procurar nos municípios do Estado de São Paulo raros são os casos onde o Serviço Social é aplicado na prática.

Os processos de procura para desenvolver a pesquisa empírica e entender no campo prático quais os reflexos do Serviço Social na Educação encontraram no município de Santo André um projeto que poderia ser o fio condutor da pesquisa.

As entrevistas foram feitas com três profissionais da área que estiveram diretamente envolvidas no projeto. Elas foram contatadas devido a minha aproximação com as mesmas, pois com uma delas trabalhei em uma unidade de creche e através dela foi possível o contato com as outras profissionais. As entrevistas foram semi-estruturadas e seguiram um roteiro organizado em três blocos, dos quais o primeiro tratou sobre a inserção dos profissionais da assistência social nas creches e de como foi firmada a parceria entre prefeitura e FEASA. O segundo bloco abordou a temática da prática dos profissionais em sua unidade de atuação e como as diretrizes do trabalho eram definidas e norteadas. E por fim o último bloco suscitou a questão do encerramento da parceria, contudo as entrevistadas só possuíam a informação advinda da prefeitura de que por questões burocráticas e orçamentárias a parceria seria findada. A identidade das entrevistadas foi preservada durante a análise de suas entrevistas, elas foram identificadas como entrevistada/assistente social 'I', 'II' e 'III'.

O intuito da pesquisa é entender o projeto desde a sua formação, quais os interesses que motivaram o projeto, como foi sua instituição na rede, as dificuldades, desafios e como se desenvolvia o trabalho do Serviço Social na prática.

### *3.4 Projeto: a terceirização sem fins lucrativos*

Em 1997, Santo André contava com uma rede de creches ainda bem enxuta em relação à demanda que lhe era exigida. As creches diretas (creches geridas e mantidas com verbas do município) eram no número de doze e as creches filantrópicas (conveniadas à prefeitura) eram quinze.

A população do município aguardava ansiosamente a inauguração de sete novas creches diretas, pois esta tinha sido promessa de campanha da gestão anterior ao então prefeito da época Celso Augusto Daniel<sup>8</sup>.

Para entender o projeto e faz necessário compreender o cenário que o Município de Santo André estava inserido. Durante o ano de 1997, havia uma grande demanda por vagas em creches e a rede estava desestruturada. Outro fator que complicava ainda mais a situação do município eram em relação aos custos que o atendimento em creches trazia para cofres públicos. A Prefeitura do Município de Santo André naquele momento dizia que não tinha condições de arcar com os gastos para melhoria das creches já existentes, tampouco com a reforma dos sete prédios disponíveis para serem adaptados para creches.

O prefeito foi até o conselho da FEASA e solicitando [...] essa parceria porque a prefeitura estava engessada financeiramente, sem condição de cumprir realmente o atendimento dessa demanda reprimida de crianças e os pais e as famílias solicitando, porque era uma propaganda de campanha, que seria inaugurada sete creches novas [...] e isso não aconteceu. Não aconteceu porque a prefeitura não tinha recursos pra isso (Assistente Social I).

Na época havia doze creches diretas já consolidadas e sete prédios disponíveis para o trabalho, porém não havia verba suficiente para que esses prédios pudessem atender as crianças, ou seja, não possuía profissionais de

---

<sup>8</sup> Celso Augusto Daniel era natural de Santo André. Engenheiro de formação e professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Exerceu seu primeiro mandato entre 1989 a 1992. Em 1993 foi eleito deputado federal e permaneceu nesse cargo até 1996, neste mesmo ano foi novamente eleito prefeito e permaneceu até 2000. Em 2001 foi reeleito, contudo esse mandato foi interrompido devido ao seu assassinato em 2002.

nenhuma área, tampouco equipamentos que viabilizassem condições mínimas para atendimento de qualidade.

A solução encontrada pela administração Pública foi firmar uma parceria, em formato de convênio com a FEASA para dar o atendimento à demanda que se tornara crescente no município.

Esse projeto não tinha fins lucrativos e o repasse de verbas feito pela Secretária de Educação tinha como um único objetivo manter o próprio sistema. Visava apenas dar condições para o funcionamento, sejam através do pagamento dos profissionais, na manutenção dos prédios ou demais necessidades que aparecem no decorrer da implantação e manutenção dos prédios.

É necessário entender o projeto como uma *parceria* e não como *terceirização*, na visão das entrevistadas, pois para elas em uma situação de terceirização preexiste uma ideia de lucratividade que não condiz com a situação. As entidades vinculadas à FEASA que se dispuseram a participar do projeto são filantrópicas e apenas ganhariam uma oportunidade de realizarem seu trabalho, o que ocorria era um repasse de verbas para dar condições a esses profissionais atuarem.

É parceria porque as entidades são filantrópicas, elas não têm fins lucrativos [...]. E, portanto não tendo fins lucrativos, o repasse do dinheiro não poderia servir para pagar nenhum lucro a ninguém. Eles iriam ganhar trabalho, mas não teriam lucro com isso (Assistente Social I).

Aqui cabe ressaltar que mesmo o projeto em questão não tendo fins lucrativos e não sendo considerado como terceirização, os profissionais contratados pelas entidades, bem como as assistentes sociais, estavam sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e tinham todos os seus direitos garantidos pela lei, contudo o projeto a princípio foi firmado em caráter emergencial e provisório. Logo, esses profissionais estavam à mercê de um contrato que poderia ser rompido a qualquer momento (como aconteceu, e que será explicado adiante) e como as entidades não podiam absorver todos os profissionais em seus outros equipamentos, tais trabalhadores poderiam ser desligados. E essa é uma das características das terceirizações, transferir para outra empresa os trabalhos e/ou a gestão de determinada atividade, ficando a cargo do contratante somente a atividade essencial para desenvolver o trabalho. E isso foi o que ocorreu nesta parceria, a Prefeitura garantiu os pedagogos, sob o regime do estatuto na rede de

creches, pois isso era uma exigência da LDB – Lei nº 9.394/1996 e as outras atividades exercidas como, auxiliares de educação, de limpeza, cozinha, cozinheiras, secretários e as assistentes sociais foram contratados nesta parceria sob o regime da CLT, firmado em um convênio. Logo, com as mudanças nas gestões da Prefeitura durante os quase dezessete anos a parceria sofreu inúmeras baixas, do qual culminou em 2014 com o encerramento da mesma, ocasionando em inúmeras demissões.

Dessa maneira, podemos destacar a ideia de parceria, presente no discurso das assistentes sociais entrevistadas. Uma vez que a prefeitura buscava prestar um serviço de forma indireta, isto é, não com funcionários empregados diretamente por ela, mas sim através de terceiros, podemos dizer que a parceria estabelecida foi de fato uma espécie de terceirização. O próprio caráter de “projeto” da parceria, bem como sua precariedade revelada no momento de seu rompimento, revela que se tratava essencialmente de um processo de terceirização, algo que poderíamos chamar de “terceirização sem fins lucrativos”.

### *3.5 Idealizadores*

Inicialmente a necessidade foi do município, nas figuras do prefeito Celso Daniel e da Secretaria da Educação, porém ao solicitar a participação da FEASA no projeto ganha-se outros idealizadores que dariam corpo ao projeto.

As Instituições que aceitaram participar do projeto foram cinco:

- ✓ Somiframeco - Cidade dos Meninos (Associação Missionária dos Franciscanos Menores Conventuais;
- ✓ Instituição Beneficente Lar de Maria;
- ✓ MEIMEI Educação e Assistência;
- ✓ Creche Cata Preta;
- ✓ Instituição Assistencial e Educacional Doutor Klaide.

Algumas dessas instituições desvincularam-se no decorrer dos anos em que a parceria perdurou, porém a MEIMEI Educação e Assistência foi a entidade que permaneceu até o encerramento da parceria.

O papel da FEASA no projeto é essencialmente organizador, visava ser uma

entidade central de gerenciamento dos procedimentos que tornariam o projeto real.

A FEASA foi essa interlocutora, essa mediadora e é quem endossava todo esse processo, porque o papel técnico de assessor nessa época da FEASA foi [...] importante pra que as coisas se fossem tão bem amarradas como se deram. Então, o papel da FEASA nesse [primeiro] momento foi de interlocutora e intermediadora entre o poder público e as entidades. Nesse começo de discussão e da própria elaboração de planilha, de módulos de trabalho, como que se deveriam ser compostas as equipes pra um número “x” de crianças, número “x” de salas, toda essa logística do trabalho, isso tudo foi papel fundamental e preponderante da FEASA, a partir de sua experiência com todas as essas entidades. Isso foi de fundamental importância (Assistente social I).

Não havia um ponto de partida, um modelo já aplicado à realidade que pudesse ser utilizado para atender as peculiaridades do município, o trabalho do Serviço Social seria uma novidade nas creches da cidade, então diversas pautas tiveram de ser discutidas a fim de propiciar um bom atendimento nos equipamentos. Contudo o projeto não se consolidou somente nas discussões iniciais sobre sua implantação, mas sim foi se modificando e aperfeiçoando no decorrer dos anos. Sob esse aspecto ALMEIDA (2012) nos diz que:

Nesse entendimento, pensar em parâmetros para a atuação do/a assistente social na Política de Educação não consideraria de maneira apropriada a complexidade e a diversidade que conforma tal política, tampouco a categoria dispõe de um acúmulo resultante de encontros e reflexões coletivas, assim como de produção de conhecimento, sobre as experiências profissionais realizadas nas diferentes instituições de educação nas quais se insere o/a assistente social, que justificasse essa forma de orientação do exercício profissional, tal como ocorreu, por exemplo, na construção dos parâmetros para a atuação profissional nas políticas de assistência social e saúde (ALMEIDA, 2012, p. 8).

Ou seja, o trabalho dos assistentes sociais nas creches não tinha parâmetros a serem seguidos, contudo deveria respeitar o Código de Ética profissional bem como o projeto ético-político profissional e sob esse direcionamento foi calcado o projeto durante os anos de parceria. Ainda sobre não haver exemplos na prática de como o Serviço Social seria implantado em creches uma das entrevistadas diz que:

Nós não tínhamos nenhum modelo, tanto que pra poder fazer esse trabalho, esse Grupo Gestor se debruçou dias e dias juntos, discutindo, elaborando, escrevendo, refazendo, repensando, como que isso poderia se dar, porque não existia nenhum modelo em



prática que eles pudessem, por exemplo, pegar e ver como que juridicamente resolve isso. Como que a gente pode contratar funcionários pela CLT para trabalhar no espaço público sendo que ele vai responder para uma direção que é, vamos dizer, sua chefia imediata, mas ela não é “Celetista”, ela é um funcionário público. Quer dizer, como que nós vamos fazer para conseguir essa integração de trabalhos e fazer um Auxiliar de Educação Infantil trabalhar junto com um professor que é estatutário, que tem outro salário, uma outra carga de jornada de trabalho. Como vamos operacionalizar isso juridicamente, como isso não vai dar problema. Como é que podemos fazer? Um estudo? Por isso que foi assim, [...] desde que foi feito a proposta e falaram “Tá bom, vamos pensar como isso se pode se dar, como essa parceria pode ser feita?”. Foi um ano que esse Grupo se debruçou em cima de todas essas questões, jurídicas, contábeis, financeiras e operacionais principalmente, que não é e nem foi fácil, foi muito desafiador. E aí com a implantação de um serviço que a rede pública [de creches] não [conhecia], que era o Serviço Social (Assistente Social I).

As pesquisas e estudos iniciais foram de extrema importância para que o Grupo que compôs as discussões de implantação do Serviço Social nas creches da cidade de Santo André pudesse elaborar um projeto que fosse relevante para o município, porém inicialmente não ficaram claras quais eram as necessidades e demandas desses equipamentos, a entrevistada ‘I’ define como um projeto *“muito ousado, desafiador, novo e desconhecido”*.

Cabe ressaltar também que é a partir da década de 1990 que o trabalho dos assistentes sociais na área da educação passa ser mais discutido e socializado através de “pesquisas e publicações” (CFESS/CRESS, 2012, p. 245). E a partir da década de 2000 que o Conjunto CFESS/CRESS passa a discutir em seus encontros e debates sobre a atuação dos profissionais na Política de Educação, então a partir disso são formados grupos de trabalho e elaborados textos e cartilhas que serviram de apoio para as discussões sobre a inserção de assistentes sociais na Educação.

### 3.6 Essência e estrutura do projeto

O projeto teve início efetivo no ano de 1997 e acabou no ano de 2014, tinha como principal objetivo operacionalizar o quadro de creches existentes no município de Santo André, não propriamente um projeto para inserir o Serviço Social nas creches. Era um trabalho bem mais amplo, pois não se restringiu somente ao Serviço Social e sim num todo administrativo que foi necessário para que as creches pudessem ser inauguradas e receber com qualidade as crianças e suas famílias.

Até então, não estamos falando de Serviço Social, nos estamos falando de um projeto que vai fazer funcionar o quadro de creches e, portanto, que precisa ter várias funções pra complementar (Assistente Social I).

A FEASA como núcleo gestor desse projeto sugeriu a necessidade da inserção de assistentes sociais para completar o quadro de funcionários das creches, discutiu-se as implicações desta medida e de comum acordo as entidades federadas e a Secretaria de Educação decidiram aplicar a medida.

Na verdade a gente não pode colocar isso como uma exigência a FEASA não teria condição de exigir nada. Ela estava fazendo uma parceria, então ela na verdade sugere que esse quadro pra ser completo precisa ter o Assistente Social na rede de creches e isso foi plenamente acatado não só pela Secretaria de Educação como pelo Prefeito Celso Daniel, que sendo da cidade, conhecedor da FEASA, já sabia do trabalho [da mesma] e por isso foi procura-la para estabelecer essa parceria. (Assistente Social I).

Durante o ano de 1997 foi realizado o planejamento do projeto, a equipe gestora investiu tempo em entender como poderia ser desenvolvido um projeto dessa grandeza, desde questões da esfera legal, até o conhecimento do público alvo que atuariam.

O planejamento foi essencial para desenvolver um trabalho adequado, já que era inexistente outro projeto semelhante, para haver o ponto de partida foi necessário muito trabalho e dedicação para organizar o projeto em questão. Esse planejamento como nos conta a entrevistada “I” foi gestado e estudado por uma comissão que foi elencada pela Secretaria da Educação de Santo André no ano de 1997, quando esta nomeou dois representantes de sua secretaria para fazer parte da comissão que discutiria juntamente com representantes da FEASA, essencialmente assistentes sociais, para toda a discussão em torno deste projeto que estava sendo formatado para as creches municipais.

A Prefeitura de Santo André através dessa parceria transferiu para a responsabilidade da FEASA e suas entidades federadas o gerenciamento de todos os recursos humanos, ou seja, o trabalho administrativo, financeiro e todos os outros que implicam no funcionamento de uma creche estavam sob a gerência desses órgãos citados. Esta parceria em seu ápice gerou a contratação de quase seiscentos

(600) funcionários, dentre eles: cozinheiras, auxiliares de cozinha, auxiliares de limpeza, auxiliar administrativo, auxiliares de desenvolvimento infantil e assistentes sociais.

Para formulação de um projeto social sempre existe uma necessidade real, um problema concreto ou uma melhoria, adequação a ser realizada. Ao pensar num projeto, tem-se de se atentar para a solução que ele trará à necessidade que está posta, e então as ideias e estudos devem ser colocados em prática.

E em se tratando de um projeto do qual o Serviço Social também entraria como um trabalho essencial e necessário, não poderia ser deixado de lado o *projeto societário* do qual a categoria vislumbra como uma maneira de superação ao modelo capitalista em que vivemos. Dessa forma o Conjunto CFESS/CRESS (2012) diz que:

Esta inserção supõe a referência a uma dada concepção de educação que assuma sintonia, coerência com a direção hegemônica do projeto ético-político profissional. Nessa perspectiva se impõe construir ações profissionais no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades como gênero humano (CFESS/CRESS, 2012, p 247).

No processo para formalizar a parceria entre a Prefeitura de Santo André e a FEASA várias discussões ocorreram a fim de ser estabelecido como seria as formas de contratação, gerenciamento do pessoal e da estrutura das creches. Tratava-se de um projeto pioneiro que colocaria em funcionamento sete novas creches e também completaria o quadro de funcionários das outras doze, pois estas também já estavam defasadas. Então dentro do quadro de funcionários proposto pela FEASA estava o assistente social, pois esta Federação como bem explica a assistente social I é:

[...] uma entidade de defesa de direitos e a natureza dela é prestar assistência às entidades assistenciais e é essa a origem da FEASA. Ela [...] em sua natureza o atendimento é social, socioeducativo, mas a natureza inicial dela é da área da assistência social. Então, por esse motivo a FEASA elencou, já que as creches federadas possuíam [...] o Serviço Social dentro [de suas unidades] e era considerado como uma função fundamental nesse serviço, então a FEASA pontuou dentro de todos esses profissionais o Assistente Social (Assistente social I).

Então ao inserir o assistente social nas creches municipais começa a ser discutido um plano de trabalho do qual deve ser levado em conta às especificidades desses equipamentos públicos, bem como ser estudado o público que os profissionais trabalhariam que não seriam somente as crianças, mas também suas famílias e a comunidade local. E é de extrema relevância entender a função social da escola nesse sistema em que vivemos para que o trabalho possa ser voltado ao fortalecimento da democratização desses espaços, conhecer todos os sujeitos que integram a comunidade escolar se faz necessário para que seja criado vínculos entre os assistentes sociais e essa comunidade.

A instituição escolar é composta por vários sujeitos, alunos, professores, família ou comunidade externa, todos estes são indivíduos históricos, sociais e culturais convivendo, mesmo por um curto período de tempo, no mesmo espaço, onde representam os símbolos que são inerentes ao meio que vivenciam, desfrutam e alteram suas identidades e ações.

Sendo assim, as teorias estudadas nas escolas devem atender as necessidades de todos os envolvidos, de modo a não torná-los somente contemplativos, pois esses conteúdos devem estar relacionados com as vivências e conhecimentos dos sujeitos tanto cultural como de sua realidade que se observa fora do ambiente escolar (SILVA; CARDOSO, 2013).

Segundo, Almeida (2012) a função social da escola é determinada pelas contradições dos projetos societários em disputa na sociedade, contudo não é somente no ambiente educacional que esse embate ocorre, porém é nele que é possível vislumbrar de modo singular a materialização das lutas societárias. Logo, o Serviço Social deve favorecer a aproximação da realidade social dos alunos, família e também da comunidade à educação emancipadora, com vistas à compreensão desses sujeitos de seus direitos sociais.

### *3.7 A contratação dos profissionais e o início do trabalho*

Quando as entidades se prontificaram em participar do projeto foi entendido que cederiam também os profissionais que compunham sua mão-de-obra para realizarem as tarefas condizentes.

Ou seja, todas as cinco instituições possuíam em seu quadro de funcionários os trabalhadores das diversas áreas que eram necessários para o funcionamento das creches, entre eles os assistentes sociais, esses funcionários foram alocados de

modo que não sobrecarregasse nenhuma entidade. Contudo no decorrer dos anos de parceria algumas entidades foram se desvinculando do convênio, porém não havia demissões, os trabalhadores dessas entidades eram absorvidos pelas outras que ainda permaneciam vinculados ao projeto, pois a demanda de funcionários não diminuía.

Essas cinco entidades que começaram essa parceria ao longo desses anos elas foram se desligando, mas todas eram contratantes. Então esses grupos de funcionários foram divididos pelas cinco entidades para não ter um grande volume que não precisasse mexer na estrutura interna da entidade com folha de funcionários, com pagamentos de impostos e todos os ônus que recaem sobre uma folha de ponto de qualquer empresa. [...] As Assistentes Sociais, como os demais todos foram divididos pelas cinco entidades. Tinha um grupo de Assistentes Sociais contratadas pelo Lar de Maria – eu era uma -, outras eram contratadas pela Cidade dos Meninos, [...] Era dividido proporcionalmente. (Assistente Social I).

Na contratação dos assistentes sociais houve um entrave burocrático que ocasionou numa outra nomenclatura e não "Assistente Social", essa denominação era "OASE" (Orientador de Atividade Sócio Educativas). A Secretaria de Educação entendia que o Serviço Social era matéria de competência e destinação de verbas da Secretaria da Inclusão Social, por mais que a atividade exercida fosse com o intuito de auxiliar no âmbito educacional a nomenclatura impediria o repasse de verbas para pagamento desses trabalhadores.

Legalmente, a verba, o recurso que vinha para a educação dos 25% que a educação recebe de repasse, ela pode gastar até 60% no seu limite máximo com pagamento de folha de pessoal, o restante ela precisa fazer investimentos. Só que, esse pagamento de pessoal para educação, eles têm uma espécie de código, eles têm vários códigos o que pode e o que não pode [...]. Então na nossa contratação, se eles colocassem "Assistente Social" eles iriam glosar porque a Assistência Social eles entendiam que a verba que teria que vir seria da Secretaria da Inclusão Social. Mas quem paga o Assistente Social não é a educação. Olha só o pensamento fragmentado. Já começa daí a dificuldade de você desenvolver uma visão socioeducativa. Então, a educação ela já coloca uma barreira enorme nessa visão, nesse conceito, quando ela já fala que o profissional de Serviço Social não pode ser contratado pela educação. E por quê? Não, só porque não pode. Não pode porque tem uma janelinha lá que diz que não pode, é só pra contratar professor (Assistente Social I).

Ainda assim, mesmo sendo contratadas com outra nomenclatura, era obrigatório que esses profissionais tivessem formação em Serviço Social e fossem

registrados no CRESS, isto estava definido no plano de trabalho que foi desenhado para a contratação dos diversos funcionários que comporiam o quadro das creches. A entrevistada 'I' ainda ressalta que respondeu inúmeras vezes ao CRESS sobre a função desses profissionais contratados como OASE e explica que essa questão gerava dúvida por pensarem que a mudança na nomenclatura abriria precedentes para práticas antiéticas, práticas essas rejeitadas pelo Código de Ética do Assistente Social. Contudo como eram exigidos formação superior em Serviço Social e registro no conselho, esses profissionais deveriam respeitar ao C.E./1993.

A construção do projeto para a inserção do Serviço Social nas creches do município foi realizada essencialmente por assistentes sociais. Como explica a entrevistada 'I', o projeto inicial para o trabalho do Serviço Social era realizar um estudo de toda a área de abrangência da rede das creches públicas; levantar quais eram as necessidades e prioridades da comunidade escolar, bem como da população do entorno da creche. Foi estabelecido também um *Plano de atendimento individualizado* com as famílias, esse atendimento fazia parte de um processo de orientação e acompanhamento das manifestações da questão social trazidas por essas famílias, como violência doméstica, desemprego, dentre outros. Todas as demandas do ambiente familiar poderiam ser atendidas dentro da creche pela assistente social responsável por aquela unidade. Cabia à assistente social encaminhar, orientar, informar as famílias sobre quaisquer assuntos pertinentes a sua atuação. A evasão escolar e denúncias de violação dos direitos das crianças foram dois aspectos levantados pela entrevistada. Aqui é possível observar que o projeto desenvolvido estava em consonância com as discussões do CFESS/CRESS a respeito da inserção dos profissionais do Serviço Social na política educacional, como podemos observar:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. [...] o assistente social tem, entre outras, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados m relação aos alunos, objetivando saná-los ou atenuá-los (CFESS, 2001).

Num segundo momento, o projeto em análise tinha como foco trabalhar junto com as demais equipes da creche, promovendo a integração e articulação entre

elas, nesse aspecto o projeto também vai ao encontro das questões levantadas pelas discussões do Serviço Social na educação,

Por mais que sejam realizados alguns procedimentos na escola, é necessária a realização de um trabalho interdisciplinar juntamente com outros profissionais, e não somente técnicos educacionais, para que juntos possam realizar um atendimento que dê respostas a todas as nuances das situações apresentadas, pensando nisto é que se busca auxílio em outras áreas do conhecimento a exemplo do Serviço Social, entre outros. Nesse sentido, o Assistente Social, no âmbito de suas intervenções poderá atuar no espaço escolar, para a construção de estratégias que busquem a diminuição e eliminação das problemáticas deste universo (SILVA, CARDOSO, 2013, p. 8-9).

Ainda sobre os estudos e pesquisas, a entrevistada 'I' conta que durante o ano de 1997-1998 foram realizadas diversas pesquisas e análises sobre a população alvo do projeto, com a finalidade de desvendar o perfil dessa população e quais as demandas e necessidades essas famílias e comunidade possuíam, para assim poderem construir um plano de trabalho que atendessem efetivamente essa população. E concomitantemente foi desenvolvido um trabalho de esclarecimento e informação para as equipes da rede de creches públicas de qual era o papel e de como seria o atendimento do Serviço Social nesses equipamentos. Com base nesses estudos e levantamentos foi levado até os gestores da Secretaria de Educação do município e dessa forma se começou a gestar os critérios de atendimento.

### *3.7.1 O trabalho nas creches: definição dos critérios de acesso à vaga e demandas oriundas desses espaços*

Desde que a Constituição Federal de 1988 foi instituída o Direito à Educação foi universalizado, ou seja, não existem pré-requisitos que devam ser preenchidos pra se ter acesso à Educação e é tarefa do Estado prover condições para que isso ocorra.

Porém, quando o grupo gestor estava organizado a estrutura do projeto deparou-se com uma realidade pouco promissora, o orçamento público disponível era escasso limitando assim as vagas que seriam disponibilizadas para o público. Essa contradição polêmica provocou nos gestores certo receio e uma pergunta:

*como seriam os critérios de seleção para ter o direito à vaga?* Essa pergunta gerou a mobilização da equipe a fim de entender melhor o público que atenderiam.

Então foi formada uma comissão, que tinha representantes de cada Conselho do município: Conselho da Criança, Conselho Tutelar, Conselho da Educação, Conselho da Assistência Social, Conselho de Saúde, estes eram os que o município possuía entre os anos de 1998-99, segundo a entrevistada 'I'. Além desse grupo esta comissão também tinha como integrantes algumas assistentes sociais das entidades federadas que aderiram ao projeto. Com a comissão formada começaram as análises dos estudos de campo que já tinham sido iniciados e então os critérios de acesso às vagas começaram a ser formatados.

Para criar os critérios foram feitas reuniões com representantes da Secretaria da Educação, representantes do Conselho Tutelar, representantes do Conselho Municipal de Assistência, vários representantes do município para discutir como seriam criados os critérios. As reuniões foram feitas na sede da FEASA, para ser discutido como seriam esses critérios e como seriam trabalhados. E foi discutido em cima do Estatuto da Criança e Adolescente, [...], foi tudo em cima das leis, não foi feito aleatoriamente, foi feito um estudo muito minucioso com vários representantes do município (Assistente Social II).

Os critérios foram pensados a fim de atingir crianças que se enquadrassem em uma situação de risco e vulnerabilidade, contudo conforme a entrevistada 'I', todos os critérios foram definidos com base nos estudos do Estatuto da Criança e Adolescente, C.F./1988, LDB/1996, foram feitas reuniões com equipes médicas e também como naquele ano ainda não havia o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 01º de out. de 2003) a comissão pesquisou junto às organizações que trabalhavam com idosos a fim de verificar quais eram os riscos que uma criança teria ao ficar sob a guarda de um idoso. Após todos esses estudos minuciosos, foram criados instrumentos que garantissem a fidelidade das informações coletadas. Então segundo a entrevistada 'I', os principais argumentos que definiram os critérios foram:

[...] crianças em situação de risco e vulnerabilidade social. O que encontramos na realidade que era risco e vulnerabilidade social? Criança que ficava sozinha em casa; criança cuidada por outra criança ou adolescente; criança cuidada por idoso com doença grave ou pessoas com doenças graves; crianças cuidadas por dependentes químicos e a gente encontrou um monte de criança que não era cuidada, ela ficava em casa com um pai que era alcoolista ou usuário de drogas ilícitas, ou os dois juntos [...] Criança que a mãe



levava para o trabalho em lugar externo e lugares perigosos. (Assistente social I).

O principal intuito de se formular esses critérios, além do município não garantir o acesso à creche a todas as crianças, era o de assegurar que essas crianças pudessem ter minimamente os direitos garantidos em lei preservados, já que inúmeras delas se encontravam em situações de risco e vulnerabilidade social. O grande acerto no sentido dos critérios é que eles eram analisados de forma conjunta e não isoladamente, a fim de gerar uma decisão acertada e dentro do possível democrática.

Os critérios que definiam a ordem de classificação das crianças eram:

Prioridade I - risco e vulnerabilidade;

Prioridade II - mães trabalhadoras;

Prioridade III - socioeconômico;

Prioridade IV - ser morador do município.

Então nessa ordem esses critérios funcionam como uma associação, eles não são isolados. Eles vêm classificados dentro dessa associação. Então tem crianças que entram nos quatro critérios: elas estão em situação de risco, a situação é de mãe-trabalhadora, a situação financeira ela tem uma renda per capita 'x' e ela é moradora do município. São essas associações que vão dar a classificação que a gente criou, um instrumento que é a tabulação desses critérios e isso é feito individualmente na coleta de visita pelo Assistente Social em todas as famílias inscritas (Assistente Social I. Grifos meus).

Essas informações eram colhidas através da resposta de um formulário disponibilizado por esse grupo gestor todos os anos. Enviava-se para as creches e consta nos arquivos da Secretaria da Educação. Eram informações valiosíssimas que serviam de termômetro para o projeto, além de serem cruciais ao definirem quem ocuparia as vagas.

Esses critérios foram sendo aperfeiçoados durante os anos de parceria, todos eles eram sempre acatados pela Secretária de Educação do município, pois entendiam que eram formulados e pensados por profissionais capacitados e que sabiam articular sobre as políticas necessárias para ser feito um bom trabalho na rede de creches municipais. Silva e Cardoso (2013) abordam sobre essa temática e

explanam sobre o potencial do assistente social em articular políticas.

O Assistente Social, em sua formação profissional e em suas competências, adquire esse saber e se capacita para realizá-lo no cotidiano das suas práticas inerentes ao conhecimento próprio da profissão, possibilitando essa articulação tão necessária nos tempos atuais. Garantir a inter-relação entre as Políticas Públicas e Sociais, especificamente envolvendo a educação com as demais políticas setoriais, principalmente as da assistência social e a saúde é uma tarefa peculiar ao exercício profissional do assistente social, pelo acúmulo teórico que possui e a larga experiência no campo das políticas sociais (SILVA, CARDOSO, 2013, p. 9).

As demandas do espaço ocupacional das creches eram inúmeras e as assistentes sociais tinham em seu cotidiano de trabalho que realizar diversos encaminhamentos para outros serviços da rede pública. Por isso era imprescindível o conhecimento dos recursos e demais equipamentos que a rede municipal e estadual disponibilizava. As demandas que mais se apresentavam no trabalho cotidiano foram elencadas pelas entrevistadas:

- ✓ Encaminhamentos para a área da saúde. Muitas intervenções e orientações eram realizadas a fim de agilizar esse processo;
- ✓ Orientação jurídica. Orientações sobre regularização de registro civil dos membros da família e das crianças; orientações e respeito de pensões alimentícias;
- ✓ Informações a respeito de cursos profissionalizantes e de serviços gratuitos que a comunidade poderia acessar;
- ✓ Intervenções em conflitos familiares de modo que fossem encaminhados para assistência psicológica.

É sabido que num ambiente de creche, além dessas demandas citadas existem outras diversas do qual o assistente social encontra no seu cotidiano, como bem descreve a entrevistada 'III':

Dentro da creche passava todas as demandas, habitação, questões relacionadas à área da saúde, violência, da própria assistência, todas as demandas, desde negligência com relação aos cuidados da criança que era o que mais encontrávamos dentro da creche, até casos de mulheres que eram agredidas pelos companheiros, que traziam o caso para dentro da unidade e assim encaminhávamos. Famílias com usuários que traziam os casos tentando, buscando vagas para internação. O serviço social nas creches era uma

referência dentro da unidade. Não atendíamos somente as famílias, mas qualquer morador do entorno ou também que não fosse do entorno, ele nos procurava e a gente sempre atendia, orientava e encaminhava na medida do possível, mas nunca recusamos atendimento (Assistente social III).

Apoiando-se no Código de Ética Profissional, o assistente social é preparado para articular as demandas advindas do campo educacional com as outras diversas áreas e através disso agir na defesa da democracia e também na luta para busca e efetivação do projeto societário do qual a categoria esforça-se para alcançar e do qual os equipamentos educacionais podem ser um forte aliado nessa luta, devido à sua força de mobilização.

### *3.8. Desafios da prática profissional nas creches*

Mesmo o serviço social sendo uma atividade profissional reconhecida pela legislação brasileira e sendo o seu trabalho de fundamental importância para o desenvolvimento adequado de políticas públicas o exercício dessa profissão ainda é um desafio dentro da política da educação.

Nas creches todo início de ano é definido o Projeto Político Pedagógico (PPP), em resumo é um documento que contém dados historiográficos da unidade bem como da comunidade onde está inserida. Nele também são descritos as características dessa unidade referente aos seus funcionários, público atendido e os projetos que nortearão as atividades que serão realizadas durante o ano vigente. Nos anos em que as assistentes sociais permaneceram nas creches, esse também era um instrumento de imensa importância para a efetivação do trabalho delas, pois através dele poderiam se aproximar dos demais funcionários e mostrar o quanto era importante o trabalho do Serviço Social na creche. Contudo foi unânime entre as três entrevistadas o quanto foi difícil articular o PPP com as propostas do Serviço Social. Essa articulação dependia da equipe gestora de cada unidade, não existia um método de trabalho a ser seguido por todas as unidades, a parceria entre assistentes sociais e equipe diretiva dependia da relação pessoal de cada uma e de como a direção compreendia e aceitava o trabalho do Serviço Social, este mesmo sendo legítimo e de extremo valor e seriedade, era tratado em alguns casos como um impeditivo ao trabalho da direção de determinada creche.

Mas isso dependia de creche para creche, onde você encontrava uma administração, um grupo gestor dentro da creche que dava abertura para esse trabalho de atendimento às famílias, do qual o assistente social participava junto com o gestor da unidade no atendimento à família; já em outras unidades não existia isso, era tudo pedagógico e nada era do Serviço Social. Toda família tem as duas demandas; essa clareza na equipe de trabalho é que ficava muito distorcida, uns eram demais e outros de menos, então isso atrapalhava bastante. [...] eu também acompanhei o trabalho de outros profissionais em outras creches, mas onde o trabalho era aceito era muito bom (Assistente social III).

Portanto, é possível assegurar que o trabalho das assistentes sociais era por vezes incompreendido por outros profissionais, ou mesmo não aceito, pois viam no trabalho uma atividade de competição e não parceria.

Durante os anos de projeto várias parcerias foram sendo criadas. Como foi citado pela entrevistada 'I' essa cooperação aconteceu junto aos Conselhos Municipais, Conselho da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), grupos de profissionais da psicologia, médicos. Foi desenvolvido um projeto intitulado *Nutrindo Gente*, este aconteceu em parceria com uma fundação e seu objetivo era erradicar a desnutrição infantil em creches. E também existia o contato bem próximo com os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) do município.

Contudo foi pontuado por duas entrevistadas que era um grande desafio que se colocava na prática profissional a efetivação do trabalho intersetorial da rede. Segundo a entrevistada 'III' estabelecer essa rede de trabalho era um exercício quase de imposição a outros equipamentos, porém era de praxe das profissionais conhecer através de visitas institucionais os demais equipamentos que constituíam a rede de serviços da região e do município.

### 3.9 Encerramento da parceria

No ano de 2014 a parceria entre a FEASA e a prefeitura de Santo André chegou ao fim. A princípio o Tribunal de Contas da cidade não aceita que o poder público tivesse esse tipo de parceria por tantos anos, pois quando é estabelecido um convênio se entende que este seja para suprir demandas em caráter de urgência. Como foi um convênio que perdurou por quase dezessete anos, o Tribunal de

Contas do município contestou os custos e dessa forma, como era um trabalho que a princípio seria provisório, foi findado e toda a parceria foi desmantelada, os profissionais que atuavam foram desligados. Todo o trabalho estabelecido, o vínculo dos profissionais com a comunidade, foi desconstruído.

Havia alternativas cabíveis para tornar o projeto permanente, como concursos públicos internos para assim os profissionais que já tinham experiência no projeto pudessem ter oportunidade de permanecerem na prefeitura e assim dar seguimento ao seu trabalho. Ou mesmo concurso público como foi feito com os diversos outros cargos que a parceria também trazia (auxiliares de desenvolvimento infantil, auxiliares administrativos, cozinheiras). Somente para o Serviço Social não foi realizado concurso para dar continuidade ao trabalho. O que se deu foi um processo de encerramento da parceria por mera questão burocrática e que não foi considerado o aspecto humano envolvido.

[O fim] foi repentinamente, de uma forma altamente fria, burocrática, sem o menor aviso, de um dia para o outro a Entidade do qual éramos contratadas teve que correr pra ter tempo de avisar sindicatos, para não quebrar os prazos determinados por lei. Sem o menor cuidado com o parceiro que ajudou tanto durante tantos anos. A FEASA, a MEIMEI e as entidades do seu conjunto porque a Federação apoiou essa parceria. Eles tinham que ter demonstrado o mínimo de respeito e gratidão, o mínimo (Assistente social I).

O tribunal de contas do município disse que não poderia continuar repassar verbas, pois era um trabalho essencial e que já durava muitos anos em caráter provisório e então tinha que ser aberto concurso público para dar continuidade ao trabalho. A Entidade Federada nos convocou para uma reunião para comunicar o fim da parceria. Cumprimos o aviso prévio de um mês e depois fomos mandadas embora. Haverá um retrocesso no município, pois o trabalho das assistentes sociais nas creches já estava consolidado. (Assistente Social II).

Para a gente foi feito uma convocação pela instituição que era a contratante, convocou todos os funcionários e em reunião passou esse comunicado que a Prefeitura de Santo André havia rompido o convênio e que nós tínhamos 30 dias para cumprir o aviso prévio e que encerraríamos o trabalho dentro das unidades e que isso não seria passado para uma outra empresa ou outra instituição, iria ser encerrado, tanto que todos materiais que nós tínhamos nas creches foram retirados, porque como você sabe só pode ser manuseado por um profissional, foi retirado e lavado para a instituição (Assistente social III).

O trabalho de quase dezessete anos dessas profissionais não foi em nenhum momento considerado pela atual gestão, este trabalho perdurou por todos esses anos em caráter provisório. Contudo, sempre havia por parte das gestões anteriores interesse político em manter o trabalho do Serviço Social nas creches.

Avalio que o trabalho dessas profissionais era de imensa valia para um projeto social que poderia ser instaurado no município. Porém no ano de 2014, este empenho não foi demonstrado e o trabalho que ainda percorria um longo caminho em busca da consolidação foi encerrado. E as creches a partir desse ano retrocederam no modo de acesso às vagas, do qual agora nenhuma entrevista, visita é realizada a fim de levantar dados sobre as famílias interessadas em matricular seus filhos na creche. E também o trabalho junto às famílias e comunidade foi rompido abruptamente sem aviso para esses usuários, que desde então estão sem a referência de um profissional capacitado para lidar com as questões mais emergentes do seu cotidiano frente às mazelas do sistema vigente.

O Estado com sua força e representando uma classe dominante, que é contrária aos interesses dos trabalhadores mostra o quanto se utiliza de subterfúgios econômicos e políticos para não demonstrar o caráter ideológico que permeia as suas ações dentro de unidades educacionais.

### *3.10 Análise Do Projeto Em Santo André*

A Política da Educação e a Política da Assistência Social não são políticas que devem ser competitivas. O que deve ser levado em conta é o atendimento integral da criança e articulação de ambas as políticas é imprescindível para garantir os direitos das crianças e essa garantia perpassa desde ao acesso à vaga na creche até a garantia ao acesso a diversas outras políticas, como saúde, assistência, habitação, lazer, cultura.

Ao analisar o este projeto do município de Santo André e a parceria firmada com a FEASA foi possível ver como funciona na prática o Serviço Social atuando na Educação, com foco nas creches.

O Serviço Social não visa competir com a Educação, mas é uma forma de entender o ser humano como um todo complexo e em permanente mudança. A grande chave do projeto foi o pensar global, entender a comunidade como um organismo com diversos indivíduos que interagem e o trabalho que foi iniciado de

conscientização dos profissionais de que todos atuam em equipe.

Conseguir fazer com que pessoas com pensamentos diversos, olhares diferenciados trabalhem em harmonia foi um grande desafio e só foi possível pelo vínculo estabelecido entre os profissionais, as crianças e suas famílias. As Assistentes Sociais trouxeram para o processo um olhar diferenciado, entender o indivíduo como agente das relações sociais, e compreender que a realidade de cada um é particularizada devido a essas relações que são estabelecidas na sociedade é uma das atribuições do assistente social.

Como todos os projetos implantados e que perduram por anos, este de Santo André ainda estava em processo de transformação e consolidação. O pioneirismo dessa parceria em estudo é um marco para o Serviço Social no município de Santo André.

Ao longo da pesquisa o projeto foi encerrado, desconsiderando o trabalho, a dedicação e os vínculos desenvolvidos até o momento do encerramento da parceria. Sob a justificativa de economia de gastos o Tribunal de Contas do município julgou necessário o fim desta parceria e como não houve na atual gestão interesse em mantê-la ou mesmo de abrir concurso público para o cargo de assistente social o projeto analisado se encerrou.

Num cenário de lutas da categoria dos assistentes sociais para se inserir nas escolas, o município pesquisado retrocedeu no momento em que se encerrou a parceria, não houve interesse político em manter o projeto e as assistentes sociais envolvidas não tiveram forças para transformar o projeto num direito que assegurasse o Serviço Social nas creches.

Também nesse contexto de lutas suscita a questão do papel da escola enquanto agente de transformação, pois esta se encontra ora para a reprodução do projeto societário dominante, ora é espaço de instrumento de transformação e superação desta ordem societária. Logo, o assistente social se inserindo nesses espaços pode contribuir para que a comunidade escolar também reflita sobre a necessidade da superação dessa ordem vigente.

A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2011) se afirma como um dos nossos mais ousados e posicionados compromissos ético-políticos (BARROCO; TERRA, 2012, p. 21).

As escolas não são isoladas do contexto social, existe a construção de valores e de relações sociais e éticas, então não deve ser considerada somente um espaço de reprodução das expressões da questão social, ela pode ser espaço de criação e valorização das ações que contribuem com a qualidade de vida de seus alunos, família e comunidade.

Conforme CFESS (2012) os assistentes sociais não podem ser considerados como profissionais que somente atuam para sanar as manifestações da questão social, como pode ser visto em alguns casos no atendimento dos assistentes sociais na área da educação e lhes dando somente a incumbência para as “soluções da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações etc., muito embora estes fenômenos sejam objeto da atuação profissional cotidiana e que exigem a análise crítica das raízes que os conformam”. (ALMEIDA, 2012 p. 27-8)

Então, levando em conta o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão o assistente social deve atuar,

Na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, do qual o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (ALMEIDA, 2012, p. 33).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços da legislação a fim de universalizar a educação, inclusive o acesso às creches, essa instituição para parte da população e também para alguns profissionais que atuam diretamente com as crianças ainda possui um caráter predominantemente de substituição e cuidadora, voltada para um público que trabalha e necessita de um lugar seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham. Haja vista que as creches públicas ainda atendem majoritariamente as crianças das classes mais vulneráveis socialmente.

Ainda há na sociedade - e é importante ressaltar que também entre os funcionários dentro das instituições - o preconceito quando (principalmente) as mães que não trabalham desejam manter seus filhos na creche, estigmatizando essa mulher. Apesar das leis terem avançado nesse aspecto, no sentido de garantir o direito ao acesso das crianças às creches, muitas pessoas ainda não compreendem isso. Talvez pelo fato de não existirem vagas suficientes que contemplem a todas as crianças que as famílias desejam matricular na creche e então muitos acreditam que essas poucas vagas deveriam ser destinadas as mães e pais trabalhadores. Em Santo André o projeto analisado instituiu os critérios justamente porque o município não garante a toda demanda de crianças o acesso à creche e esses critérios foram pensados de modo que atendessem as crianças que vivem em condições de risco e vulnerabilidade. A CF/1988 garante na teoria que todas as famílias que assim desejassem teriam o direito de matricular seus filhos em creches, contudo como isso não ocorre na prática, as assistentes sociais que atuaram nas creches do município de Santo André pretenderam com os critérios de prioridade assegurar outros diversos direitos das crianças que estavam sendo violados.

Então sob esse aspecto o trabalho das assistentes sociais era primeiramente garantir a segurança dessas crianças mais vulneráveis, aquelas que estavam sob risco eminente. E não se pode definir essa prática como assistencialismo, pois é um princípio fundamental do Serviço Social o seu “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CE do Assistente Social, 1993).

O Projeto implantando em Santo André nasceu num momento importante, em que a assistência social estava se retirando do universo das creches, na medida em

que essas passam a ser uma instituição que integra a educação infantil, e não de auxílio e ajuda a pais trabalhadores. Nesse momento, o Município segue quase o caminho contrário: por falta de recursos materiais, contrata uma entidade civil de assistência social (a FEASA) para “gerir” as creches.

Com isso, o trabalho permite mostrar que a mudança de estatuto das creches (saída da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria de Educação) foi boa e danosa ao mesmo tempo: boa para a educação infantil, pois agora as creches tornaram-se importantes locais de processos de educação; ruim para a relação entre Serviço Social e Educação, pois tornar-se local de educação implicou em não ser lugar de assistência social. Mas o caso de Santo André mostra que precisamente a combinação entre Educação e Serviço Social não só é benéfica ao cidadão, mas também é necessária: pois o ser humano precisa ser visto em sua totalidade, e a totalidade inclui o contexto em que ele vive; e quando consideramos o contexto das cidades brasileiras, marcadas pela desigualdade e injustiça social, vemos que as instituições de ensino, das creches às universidades, precisam do trabalho de assistentes sociais. Nesse sentido, educadores e assistentes sociais (para não falar de outros profissionais, como psicólogos, por exemplo) precisam trabalhar em equipe.

Como afirmamos anteriormente ainda há por parte dos profissionais da educação (mais especificadamente profissionais das creches) a falta de compreensão e/ou aceitação das legislações que foram desenhadas para a Educação Infantil. Não se deve generalizar, mas com base na análise das entrevistas e no cotidiano do trabalho é possível verificar que a grande maioria apesar de saber que a creche é contemplada pela Política de Educação ainda não a vê como um direito da criança garantido por lei. Ainda mantém a visão de que o adulto trabalhador é quem deveria ter acesso à creche para seus filhos.

Logo, o assistente social pode contribuir para elucidar essas questões, essencialmente no que se refere aos outros profissionais da instituição, são eles primeiramente que devem entender essas mudanças nas legislações, pois foi através delas que muitos profissionais, essencialmente os pedagogos, puderam acessar as creches de maneira adequada e profissional, ou seja, com capacitação para atuar com aquele público tão específico que são as crianças na primeira infância.

É entendido que inúmeras barreiras devem ser transpostas sobre esse assunto, que perpassa desde o ensino na graduação desses profissionais até a ideologia que cada sujeito traz consigo. Contudo dentro da creche que é um ambiente tão dinâmico e permeado por questões tão emergentes ao assistente social se faz necessário que este profissional trabalhe esses dilemas de maneira ética e em conjunto com os demais profissionais das creches.

Em Santo André o trabalho realizado estava em constante transformação, como se tratava de um projeto pioneiro, houve a necessidade de um tempo bastante largo para a consolidação do trabalho do Serviço Social junto às famílias. E isso foi constatado durante todas as entrevistas. As famílias do município já conheciam o trabalho das assistentes sociais das creches e aguardavam sua visita todos os anos ou quando fosse necessário. E também foi possível constatar nas entrevistas que as famílias e comunidade já tinham as assistentes sociais das creches como referência e buscavam orientação dentro dos equipamentos das creches.

Porém com a saída das profissionais das creches de Santo André esse trabalho que até então estava sendo construído foi encerrado de forma que não foi totalmente consolidado para que houvesse o rompimento pleno com o preconceito e o estigma que permeia a creche.

No entanto, o projeto de Santo André, não mostra apenas o quanto os processos educacionais podem se beneficiar do trabalho com assistentes sociais: ele joga também uma luz sobre o tema da terceirização dos serviços prestados pelo Estado. No discurso das assistentes sociais, ficou claro que elas não viam o projeto como terceirização. E não viam porque as instituições envolvidas não tinham fins lucrativos. No entanto, nosso trabalho permite ver que estamos diante de uma espécie de “terceirização sem fins lucrativos”: o Estado, por falta de recursos, contrata os serviços de entidades civis para realizar uma tarefa que seria obrigação constitucional sua realizar. Não apenas o aspecto “sem fins lucrativos” das instituições de que provinham, mas também o tempo foi o traidor da percepção das assistentes sociais envolvidas: o tempo passava e o projeto estava lá, em andamento, mas era ainda um projeto, uma parceria, era ainda “terceirização”. *Não era um direito à educação plenamente assegurada.* O tempo do projeto deu a elas e aos outros agentes sociais envolvidos a ilusão da estabilidade e da segurança, mas nenhum projeto social pode ter essas características. Por definição, ele é precário.

O fato de o projeto de Santo André ter durado quase dezessete anos – ao contrário da maioria das empresas privadas terceirizadas, que num ano prestam serviço ao Estado e no seguinte fecham as portas fugindo com o dinheiro dos funcionários – mostra que não estamos diante de uma parceria qualquer, de uma terceirização qualquer. Mas o fato de as assistentes sociais ficarem surpresas diante do encerramento do projeto, pois para elas era um trabalho essencial, mostra o quanto ele comportava as principais características da terceirização: provisoriedade e instabilidade. Onde estavam as entidades representativas do Serviço Social, que durante esse tempo não foram capazes de alertar para a fragilidade de um projeto que precisava ser transformado num direito pleno, assegurado pela lei e por concursos públicos com estabilidade de emprego? Talvez isso tivesse evitado que um importante trabalho, revelador da importância da presença do Serviço Social na educação, não desmoronasse.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. L. T. (org.) **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. CFESS, 2012. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)> Acesso em: 28 set. 2014.

ARAÚJO, N. L. L. de. **Do “mal necessário” ao direito: estudo sobre Serviço Social na educação infantil**. In Revista *Dialogus*. Periódico discente do Curso de Serviço Social. Niterói/UFF, n. 01, ano 1, julho/dez 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistadialogus/index.php/numero1/article/view/2/2>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BARROCO, L.S.; TERRA, S.H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**; Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (org.). - São Paulo: Editora Cortez, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 14 dez. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo, 2012.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN, 1996 Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 23 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Alterações na LDB e Regulamentação na Educação Infantil. Lei n. 12.796/13. Encontro Nacional da UNCME, 2013**. Disponível em:

<[http://www.uncme.com.br/upload/galeria/997/EI%20e%20a%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20LDB\\_Rita%20Coelho.pdf](http://www.uncme.com.br/upload/galeria/997/EI%20e%20a%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20LDB_Rita%20Coelho.pdf)> Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. Parecer Homologado 09 de dezembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, MEC, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/153438466/Diretrizes-Curriculares-Nacionais-para-a-Educacao-Infantil-2009-1>> Acesso em 23 ago. 2014

BRESSAN, C. R. (coord.) **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acesso em: 28 set. 2014.

CAMPOS, M. M. M. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo - 1985. In: ROSEMBERG, F. (Org.). **Creches**. São Paulo, SP: Cortez Editora: Fundação Carlos Chagas, 1989. 251 p. Temas em destaque [1º volume]. p. 11-19.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo, SP: Cortez Editora: Fundação Carlos Chagas, 1993. 134 p.

CFESS. **A inserção do serviço social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS**: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. SER Social, Brasília, v. 14, n. 20 p. 244-58, 2012. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/download/7453/5753](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/7453/5753)> Acesso em: 04 out. 2014.

CFESS. GT de Educação. **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação**. Elaborado por CAMPOS, E. B. et al. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>> Acesso em: 28 set. 2014.

COSTA, S. F. **A política de Assistência Social no contexto da educação infantil: possibilidades e desafios para um trabalho socioeducativo**. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v6n2\\_selma.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n2_selma.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

RODRIGUES, L. O. **Comunidade e sociedade**. In: Mundo Educação. Disponível em:

<<http://www.mundoeducacao.com/sociologia/comunidade-sociedade.htm>>

Acesso em 15 jan. 2015.

FEASA. **Federação das Entidades Assistenciais de Santo André**. Disponível em:

<<http://www.feasa.org.br/feasa.php>> Acesso em: 30 mai. 2015.

FRANCO, D. S. **Gestão de creches para além da assistência social**: transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23092009-151933/>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

HELLINGER, B.; HOVEL, G. **Constelações Familiares**: o Reconhecimento das Ordens do amor. 8 Ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

**I CONFERÊNCIA Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Santo André**: Direitos Humanos 1999. Santo André: Câmara Municipal de Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 2001.

JUSBRASIL. **Universalização da Educação Básica e a Emenda Constitucional nº 59**. Disponível em:

<<http://sintese.jusbrasil.com.br/noticias/2129498/universalizacao-da-educacao-basica-e-a-emenda-constitucional-n-59>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

KRAMER, S. O papel social da pré-escola – 1985. In: ROSEMBERG, F. (Org.). **Creches**. São Paulo, SP: Cortez Editora: Fundação Carlos Chagas, 1989. 251 p. Temas em destaque [1º volume]. p. 20-27.

LOPES, K. R.; MENDES R. P.; FARIA V. L. B. de. (Orgs.). **Livro de estudo**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.

32p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 3). Disponível em:  
 <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/mod1est2unid3.pdf>> Acesso em:  
 20 fev. 2015.

MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a escola**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.  
 80 p. (Série Princípios).

NACIMENTO, C.; BRANCHER, V.; OLIVEIRA, V. **A construção social do conceito de infância**: algumas interlocuções históricas e sociológicas. Rev. Contexto & Educação. Ponta Grossa. V. 23, n. 79, p. 47-63, 2008. Disponível em:  
 <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1051>>.  
 Acesso em 31 mai. 2015.

OLIVEIRA, Z. M. R.; FERREIRA, M.C.R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo – Histórico de uma realidade – 1986. In: ROSEMBERG, F. (Org.). **Creches**. São Paulo, SP: Cortez Editora: Fundação Carlos Chagas, 1989. 251 p. Temas em destaque [1º volume]. p. 28-89.

PREFEITURA Municipal de Santo André. **História de Santo André**. Disponível em:  
 <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/cidade-de-santo-andre/historia>>  
 Acesso em: 30 abr. 2015

ROSEMBERG, F. (Org.). **Creches**. São Paulo, SP: Cortez Editora: Fundação Carlos Chagas, 1989. 251 p. Temas em destaque [1º volume].

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: \_\_\_\_\_ **Creches**. São Paulo, SP: Cortez Editora: Fundação Carlos Chagas, 1989. 251 p. Temas em destaque [1º volume]. p. 90-103.

SANTOS B. R., et. al. **Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros**, p. 19 – 65. In: ASSIS, S. G. et al. (org.) Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da



Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. 292 p. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portalemsp/posgraduacao/site/materialdeapoio/detalhes/?site=1&id=13505>> Acesso em: 26 abr. 2015

SANTOS, J. F. e S.; SILVA, W. A. M. **Infância e serviço social: transformando o trabalho em brincadeira de criança (*experiências do programa lext-oesste*)**. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/07/15.pdf>> Acesso em: 02 mai. 2015.

SCHOEPS, D. O. **Crescimento e estado nutricional de pré-escolares de creches filantrópicas de Santo André**: a transição epidemiológica nutricional no Município. 2004. Dissertação (Mestrado em Pediatria) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-18082005-145503/>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

SILVA, L. G.; CARDOSO, V. B. **Serviço social na educação: inserção do assistente social nas escolas**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. CRESS 6ª Região, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20NA%20POL%C3%84DTICA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INSER%C3%87%C3%83O%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NAS%20ESCOLAS.pdf>> Acesso em: 04 out. 2014.

TELES, M. A. A.; MEDRADO, M. A.; GRAGNANI, A. M. C. Creches e berçários em empresas privadas paulistas – 1986. In: ROSEMBERG, F. (Org.). **Creches**. São Paulo, SP: Cortez Editora: Fundação Carlos Chagas, 1989. 251 p. Temas em destaque [1º volume]. p. 104-134.

UNESCO. **Os serviços para a criança de 0 a 6 anos no Brasil: algumas considerações sobre o atendimento em creches e pré-escolas e sobre a articulação de políticas**. 2ª ed. Brasília, DF: UNESCO, 2004. 41+43 p.

YAZBEK, M. C. In: **Legislação brasileira para o serviço social**: coletâneas de leis, decretos e regulamentos para instrumentalização do (a) assistente social / (org. Conselho Regional do Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª região – Gestão 2002 - 2005). – São Paulo: O Conselho, 2004. p. 13-29.

## **Roteiro de entrevista**

**Tema:** O Serviço Social na Educação

**Título da pesquisa:** Serviço Social e Educação: A inserção do Serviço Social nas creches do município de Santo André (1997-2014)

### **Identificação pessoal:**

Nome;

Idade;

Formação acadêmica;

Tempo de experiência como assistente social;

Tempo que atuou na Prefeitura de Santo André;

Em qual creche atuou? Por quanto tempo?

### **Histórico da inserção do Serviço Social nas creches em Santo André**

- ✓ Quem foi o idealizador do projeto e da parceria entre Prefeitura, FEASA e MeiMei?
- ✓ Como se deu este processo?
- ✓ Quais foram os motivos que levaram a Prefeitura inserir Assistentes Sociais nas creches do município?
- ✓ Qual foi o papel da FEASA (Federação das Entidades Assistenciais de Santo André) no processo para firmar a parceria?
- ✓ Por que a MeiMei foi a entidade escolhida para oferecer os profissionais?
- ✓ Quais foram os critérios para a escolha desta entidade?
- ✓ Quais eram as exigências do contrato firmado? Existia fiscalização para cumprimento dos itens do contrato?
- ✓ Formas de contratação. Por que os profissionais foram contratados com outra nomenclatura e não como Assistentes Sociais?

### **O fazer profissional nas creches**

- ✓ Em qual creche atuou?

- ✓ As diretrizes do trabalho profissional eram norteadas pela Prefeitura, FEASA ou MeiMei? Respeitavam o Código de Ética Profissional do Serviço Social?
  - ✓ Como se dava a relação entre os projetos éticos políticos (pedagógico e serviço social) dentro da unidade?
  - ✓ Existiam interferências por parte de outros profissionais em sua atuação?
  - ✓ Quais os critérios para se obter uma vaga na creche? Por quem eram definidas?
  - ✓ De que maneira era feita a seleção para preenchimento das vagas?
  - ✓ Em sua opinião os critérios de seleção eram corretos? Como acha que deveriam ter sido?
  - ✓ Quais eram as demandas oriundas deste espaço ocupacional?
  - ✓ Como respondia a essas demandas? De que forma se davam os encaminhamentos?
- 
- ✓ Qual era a autonomia do assistente social no espaço das creches?
  - ✓ Existia o trabalho em rede?
  - ✓ Quais eram os instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano de sua atuação?
  - ✓ Em sua opinião qual a importância de um assistente social em uma creche?
  - ✓ Quais mudanças foram perceptíveis com a contribuição do seu trabalho?

### **Fim da parceria**

- ✓ Por quais motivos encerrou-se a parceria?
  - ✓ Como se deu este processo?
  - ✓ Sem o assistente social nas creches, como ficará todo trabalho até então efetivado nas unidades?
  - ✓ Quais eram as demandas oriundas deste espaço ocupacional?
  - ✓ Como respondia a essas demandas? De que forma se davam os encaminhamentos?
- 
- ✓ Qual era a autonomia do assistente social no espaço das creches?
  - ✓ Existia o trabalho em rede?

- ✓ Quais eram os instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano de sua atuação?
- ✓ Em sua opinião qual a importância de um assistente social em uma creche?
- ✓ Quais mudanças foram perceptíveis com a contribuição do seu trabalho?

**Fim da parceria**

- ✓ Por quais motivos encerrou-se a parceria?
- ✓ Como se deu este processo?
- ✓ Sem o assistente social nas creches, como ficará todo trabalho até então efetivado nas unidades?